

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
COMUNICAÇÃO, REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS.

ATA Nº 049

PRESIDENTE - DEPUTADO ALEXANDRE CESAR

O SR. PRESIDENTE (ALEXANDRE CESAR) - Boa-tarde a todos e a todas!

Declaro aberta esta audiência pública por mim requerida com o objetivo de discutir os temas relativos à Conferência Estadual de Comunicação.

Convido para compor a Mesa a Sr^a Carolina Ribeiro, Membro do Intervezes - Coletivo Brasil de Comunicação Social e da Comissão Organizadora da Conferência Nacional de Educação; o Exm^o Sr. Osmar Carvalho, Secretário de Comunicação da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso; a Sr^a Lucinéia de Freitas, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, representando aqui todos os movimentos sociais da sociedade civil organizada nesta discussão; e pela Comissão Pró-Conferência do Estado de Mato Grosso, a Sr^a Keka Werneck, Presidente do Sindicato dos Jornalistas do Estado de Mato Grosso - SINDJOR.

Composta a mesa, convido a todos para cantarmos o Hino Nacional.

(EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.)

O SR. PRESIDENTE (ALEXANDRE CESAR) - Registramos e agradecemos a honrosa presença do Sr. Lauro Benedito de Siqueira, Diretor-Presidente do SINTTEL-MT; Sr. Ademilson da Silva, da Associação Rádio Comunitária Vitória FM; Sr. Wanderlei de Oliveira, Secretário da TV Assembleia Legislativa; Sr. Flávio Garcia, Secretário de Comunicação da Prefeitura de Cuiabá; Sr. Gilmar Soares Ferreira, Presidente do SINTEP-MT; Sr. Alcides Teixeira da Silva, Professor Universitário, Engenheiro Florestal e ex-Presidente da ADUFMAT - Associação dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso; da Sr^a Vera Lícia de Arimateia Silva, Secretária do Grupo de União e Consciência Negra - GRUCON; Sr^a Alcione dos Anjos Araújo, Assessora Parlamentar, neste ato representando o Deputado Federal Carlos Abicalil; Franco Nero, locutor de Campo Novo do Parecis; Dafne Spolti, membro Comissão Pró-conferência de Comunicação do Estado; Felipe Balbi, estudante de Direito; Mariana Freitas, estudante de Jornalismo e membro da Comissão Pró-Conferência de Comunicação de Mato Grosso; Yure Ramires, estudante de Jornalismo; Ângela Soares, estudante de Jornalismo; Vanderlei Frassetto, membro do Fórum de Comunicação; Mário Hashimoto, da revista SINA; Cleitomar Lara Barbosa, da Rádio Comunitária CPA - FM, Ponto de Cultura Maloka Hip Hop; agradecemos, também, a presença dos servidores do Sindicato dos Jornalistas; Alberides Alves da Silva, Estação Rádio Comunitária Cristo Rei, Rádio Alternativa - FM; e Jefferson Laranja, da Rádio Alternativa FM.

Aproveito também para parabenizá-los, já que nesta semana receberam do Senado a aprovação da concessão definitiva por dez anos à Rádio Comunitária Cristo Rei, Alternativa FM. Parabéns!

Quero agradecer, mais uma vez, a presença de todas e de todos e dizer que a proposição desta Audiência Pública tem por origem uma solicitação da Comissão Pró-conferência

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
COMUNICAÇÃO, REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS.

Estadual de Comunicação e essa iniciativa, uma iniciativa da Assembleia Legislativa, se insere dentro de um conjunto de atividades que culminarão com a Conferência Estadual de Comunicação e com a Conferência Nacional de Comunicação.

O propósito central dessa conferência é criar um espaço no interior desta Casa, no interior do Poder Legislativo do nosso Estado, que também possui os seus veículos de comunicação, que permita uma maior mobilização para essa Conferência Estadual, um maior aprofundamento e divulgação dos temas em debate na conferência e com isso a garantia de uma maior participação na Conferência Estadual.

Em que pese nossa representação na Conferência Estadual já estar previamente delimitada, em razão do número de delegados estabelecidos pelo regimento da Conferência Nacional, quanto mais espaços de debates tivermos em nosso Estado para a construção deste importante acontecimento e, com toda certeza, é um marco, já que pela primeira vez nós conseguimos reunir, senão todos, pelo menos uma parcela daqueles que se debruçam e se dedicam ao debate dos temas referentes à comunicação para a construção conjunta de propostas e a busca da mediação e instrumentos que permitam uma maior transparência, uma maior democratização, uma maior inserção social, um maior compromisso dos meios da comunicação com o conjunto da sociedade.

Obviamente não poderíamos deixar de registrar neste momento que ocorrem mudanças muito significativas no padrão de comunicação em todo o planeta, a ampliação e a proliferação de televisões, das mais diversas matizes, a migração de grande parte dos leitores dos grandes jornais, dos instrumentos impressos de comunicação por uma matriz digital, por uma matriz informatizada, o uso da *internet*, o grande número de *sites*, *blogs*, *twitters*, e outros instrumentos de comunicação, quase que instantâneos, também demandam um debate sobre esses novos fenômenos e, obviamente, não podíamos nos furtar de fazer essa discussão.

Preciso registrar também, além dos integrantes da Mesa, uma representação de um veículo público de comunicação, por meio da Secretaria de Comunicação da Assembleia Legislativa e todos os seus veículos, representação da Comissão Nacional da Conferência da Comissão Pró-Conferência Estadual, dos movimentos sociais.

Também convidamos os mais diversos veículos comerciais para sua participação. Infelizmente, na ausência de uma ou algumas representações desses veículos, não foi possível fazer um convite específico para essas representações, não há, salvo engano, uma representação comum de todos os veículos comerciais, ou mesmo que seja de uma parcela deles em nosso Estado, por isso imaginávamos que com a presença de alguns deles pudéssemos indicar um deles para participar também desse debate conosco na Mesa, mas, infelizmente, não temos registro até agora da presença desses veículos.

Nós buscamos convidar a representação do governo do Estado, já que é um evento na Assembleia Legislativa, nesse sentido haviam confirmado a presença dos Secretários-adjuntos de Comunicação nesta Audiência Pública, mas, não podendo, está aqui o seu representante Jonas da Silva, a quem eu gostaria de convidar à Mesa para representar neste ato a Secretaria de Estado de Comunicação, representando o Secretário-adjunto Onofre Ribeiro.

Sr. Jonas da Silva, por favor.

Então, nosso propósito, enfim, é este: buscar produzir mais estímulo ao debate, divulgar a ocorrência dessa Conferência e, ao mesmo tempo, já que estamos ao vivo, através da TV Assembleia Legislativa, tanto em TV aberta quanto em TV a cabo, também convocar, convidar a população, já que o tema da comunicação não está circunscrito àquele que atuam profissionalmente

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
COMUNICAÇÃO, REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS.

nesse meio, a participar desse grande debate que nós acreditamos que pode ser um marco, apesar de todas as dificuldades que nós sabemos que existem com relação a esse tema, um marco na construção de uma política pública de comunicação efetiva em nosso Estado e em nosso País.

Então, mais uma vez, agradeço a presença de todos e de todas e daremos sequência a esta Audiência Pública com a exposição dos representantes presentes aqui na mesa. Muito obrigado.

Nós registramos que, caso haja interesse também dos presentes em fazer algum tipo de manifestação, após as falas dos representantes presentes aqui na mesa, disponibilizaremos o tempo de três minutos para ou do plenário ou da tribuna quem quiser fazer uso da palavra, que poderá fazer sua manifestação, perguntas ao integrantes da mesa ou qualquer outra contribuição a este debate na Assembleia Legislativa. E por fim voltaremos à mesa, após as falas do plenário, para as considerações e manifestações finais.

Eu passo, sem mais de longas, a palavra a Sr^a Carolina Ribeiro, que é membro do Intervenções Coletivo Brasil de Comunicação e que também participa da Comissão de Organização da 1ª Conferência Nacional de Comunicação.

A SR^a CAROLINE RIBEIRO - Boa-tarde a todos e todas presentes e aos telespectadores. Quero, em primeiro lugar, agradecer ao convite em nome do Intervenções, que é parte da Comissão Organizadoras Nacional da Conferência; e agradecer ao Deputado Alexandre Cesar pela Audiência Pública e pela oportunidade de estar aqui.

A minha ideia hoje é conversar um pouco com vocês sobre comunicação, traçando um panorama, trazendo alguns dados sobre a comunicação no Brasil, entrando também no processo em si da Conferência Nacional de Comunicação, seus regulamento, enfim, como está estruturado esse processo hoje nacionalmente, o que ainda precisa ser estruturado e ficando à disposição para responder as dúvidas que possam surgir de todos.

Bom, a primeira pergunta que fazemos: Qual é o papel da comunicação na sociedade atual, quando pensamos em comunicação social, na construção dos valores da sociedade, dos padrões de comportamento, da possibilidade de diálogo que isso cria, de manifestação, de autoestima, de reconhecimento de comunidade, de reconhecimento de cultura, além do papel central que ela exerce no exercício da cidadania e da democracia?

Então estamos aqui hoje para falar para os senhores e para um público muito maior que não está aqui presente, mas que nos assiste por causa da transmissão da TV Assembleia Legislativa.

Então, de fato, a comunicação ocupa hoje no mundo e cada vez mais um papel muito central para a organização da sociedade. E quero deixar, enfim, essa primeira reflexão: de que pela mídia transitam e se manifestam ideias de mundo, valores culturais e padrões de comportamentos. Então é algo que mexe com a nossa vida no dia a dia, assim como a saúde, assim como a educação. Assim como diversos outros setores de nossas vidas a comunicação está presente no nosso dia-a-dia, em cada passo que damos, em cada palavra que proferimos, porque ela media as nossas relações com o mundo e com as pessoas. É fundamental que tenhamos essa dimensão ao discutir a Conferência Nacional de Comunicação.

Então, a minha ideia aqui foi trazer um pouco do marco regulatório existente hoje no País e um pouco de alguns dados que temos aí, mostrando inclusive algumas contradições entre o nosso marco regulatório e os dados que temos.

Bom, a primeira questão que nos saltam aos olhos aí é que hoje no Brasil cinco redes de TV controlam 145 (cento e quarenta) grupos afiliados e 869 (oitocentos e sessenta e nove)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
COMUNICAÇÃO, REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS.

veículos, dominando 80% da audiência da publicidade de todo o País. É um cenário... Esses são dados dos donos da mídia, são *sites* especializados que trazem para nós essas informações.

O que diz a nossa Constituição em relação a isso? No art. 220 no Capítulo da Comunicação Social, o § 5º diz que os Meios de Comunicação Social não podem, direta ou indiretamente, ser objetos de monopólio ou oligopólio.

Senhores, vou sempre trazer um elemento da legislação e alguns dados do mundo real para fazermos um comparativo. Minha ideia aqui é jogar realmente algumas informações para os senhores refletirem.

Outra questão importante é que hoje temos 25% dos Senadores e 10% dos Deputados Federais, alguns deles inclusive - alguns, não -, dezanove deles inclusive na Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, que é aquela que define sobre o processo de concessão e renovação, concessionários, proprietários, sócios de rádios e TVs comerciais, e não só comerciais, mas também comunitárias e outras tantas.

Também temos ali o art. nº 54 da Constituição Federal que diz que Deputados e Senadores não poderão firmar ou manter contrato com empresa concessionária de serviço público.

Está é uma dimensão importante, porque as concessões de rádio e televisão são públicas. Significa que temos uma frequência no ar e um espaço limitado. Então, como é um espaço limitado, cabe ao Estado regulá-lo, cabe ao Estado dizer: “Vou dar para esse que vai fazer um bom uso e para aquele que vai fazer bom uso, etc e tal.” E às vezes não temos a dimensão de que todas essas frequências, tanto da TV Assembleia Legislativa quanto outras, são concessões dadas pelo Estado aos diversos atores que fazem comunicação.

E é bom termos essa dimensão da concessão como sendo um serviço público, porque às vezes esquecemos e achamos que é propriedade das pessoas que estão fazendo a comunicação.

Outra questão interessante é que 57% das emissoras de televisão são comandadas por políticos e/ou empresários; 21% por fundações privadas e universidades; 16% por igrejas; e 6% por órgãos estatais. No caso dos órgãos estatais é como aqui a TV Assembleia Legislativa ou a TV Brasil, que tem um caráter público, mas também é estatal.

E no art. 223 temos lá que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização - são os três tipos de outorga que existem -, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. Então, é mais uma coisa que a nossa legislação fala e que não bate de fato com a realidade da televisão brasileira.

Outra questão importante é que no art. 221 fala da promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente, e aí a Intervozes fez um estudo com cinquenta e oito emissoras em onze capitais e o máximo que temos de programação regional nas emissoras é 10%, sendo que algumas emissoras aí, as mais importantes, fazem menos programação regional ainda. Há um projeto de lei que procura regular em 30% a cota da programação regional, mas ele está tramitando há quinze anos e nunca foi para frente.

Outra questão importante é a preferência à finalidades educativas, artísticas e culturais e informativas. E aí temos a Campanha “Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania”, que é da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. E, desde 2002, quando ela nasceu, já recebeu mais de trinta mil denúncias contra programas televisivos que abusam da dignidade. São diversos tipos de denúncias de concessões públicas que estão ocupando espaço com programações que violam os direitos humanos e uma série de outras questões.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
COMUNICAÇÃO, REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS.

Há uma questão para nós bastante cara que é a questão da renovação automática das concessões. Você não tem um mecanismo de publicizar, ou seja, de prestação de contas.

No momento em que uma emissora de televisão, que as emissoras de televisão quando ganham a outorga ficam com ela durante quinze anos e as rádios durante dez anos, como o Deputado falou. Nós não temos... A sociedade não tem um mecanismo de saber se durante aquele tempo de utilização daquela outorga, no momento em que ela é renovada, como foi utilizado o espaço, se foi cumprida a legislação; cadê os documentos... Enfim, todo um processo para conseguir, para você ter elementos para de fato conceder mais quinze anos para aquela pessoa ou aquele grupo explorar o serviço.

Nós só não temos, quando pedimos aí tem, enfim, articulações da sociedade que já tentaram algumas vezes pedir uma Audiência Pública, que eu acho que foi mais chocante na semana retrasada, por causa de um pedido de Audiência Pública criou-se uma celeuma absurda e o pedido de Audiência Pública foi derrotado por vinte votos a cinco em plenário. Quer dizer, um espaço para debater um processo de renovação de concessão, foi em Brasília, num processo de renovação da *Band Minas*. Não tinha absolutamente nada específico contra a *Band Minas*, mas era uma questão de... A partir de agora, todas as grandes emissoras, nós gostaríamos de debater publicamente, enfim, todas as questões e critérios relacionados a elas, e isso não passou na Comissão de Ciência e Tecnologia.

Mudando de veículo de comunicação, falando rapidamente aqui sobre a imprensa. Na verdade... Quanto tempo eu tenho, só para...

O que aconteceu na imprensa escrita? A mínima regulação que tínhamos, que era a Lei de Imprensa, que, de fato, tinha alguns anacronismos autoritários vindos da ditadura, mas era o que minimamente regulava a atividade da imprensa escrita, caiu; o STF derrubou, revogou a Lei de Imprensa, totalmente. Então hoje estamos sem marco regulatório para imprensa escrita no Brasil. Inclusive, acabou com a regulamentação do direito de resposta, que era o único instrumento que tínhamos quando nos sentíamos ofendido por um veículo de comunicação. Os caminhos, direitinho, na justiça que poderíamos acionar não existem mais. E acabou, também, com o diploma, há pouco tempo, a obrigatoriedade do diploma de jornalismo também caiu. Então, há uma falta de regulação completa, também, em relação à imprensa escrita.

O rádio, eu utilizei aqui dois parâmetros, duas medidas tentando buscar comparar a rádio comercial com a rádio comunitária. Esse estudo foi feito bastante baseado na realidade de São Paulo, então peço desculpa porque não consegui preparar algo específico para vocês, mas acho que deve ter bastante coisa parecida. Mas lá em São Paulo, pelo menos, para cerca de quarenta rádios comerciais tem uma comunitária.

A comunitária tem limite de 25 *watts*, que significa um quilômetro de raio em torno da comunidade que ela está instalada, enquanto as comerciais podem chegar a 400 *kilowatts*, que significa dezesseis mil vezes maior que o alcance da rádio comunitária.

Tem números que pegamos no Ministério das Comunicações, dos vinte mil pedidos feitos para rádios comunitárias, somente até 2009, até o início deste ano, três mil, seiscentos cinquenta duas autorizações foram concedidas. Esse número não foi atualizado. Recentemente teve quinhentas e tantas autorizações também concedidas, mas, enfim, não mudou muito esse quadro, sendo que foram sete mil, quinhentos cinquenta nove processos arquivados e três mil e quinhentos indeferidos. O restante ainda tramita...

Algumas rádios... Acho que podemos ouvir depoimentos aqui da turma que batalha para uma autorização e tal... Chegam a esperar mais de dez anos... Não, já vi casos de esperar

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
COMUNICAÇÃO, REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS.

dezoito anos, passa uma vida inteira numa luta para conseguir uma autorização. E há denúncias de que o Ministério das Comunicações tem um esquema de fura fila, assim, tipo pessoas mais influentes conseguem mais rápido a sua autorização.

Em relação à fiscalização, também são dois pesos e duas medidas. A realidade de São Paulo, das 39 rádios que operavam em FM, 36 estavam com outorgas vencidas. Sendo que 22 rádios tinham permissão para funcionar em outros municípios, mas a antena ficava na Avenida Paulista. Nada acontece, não é?

Em relação às rádios comunitárias, nos últimos cinco anos foram fechadas seis mil, setecentos dezesseis rádios comunitárias, ou rádios livres, ou rádios que funcionam sem a autorização. Muitas, e na maioria das vezes, porque o Ministério não foi competente para conceder autorização no tempo em que a rádio operava.

E aí tem a triste realidade da criminalização das pessoas que fazem à comunicação comunitária, num período de 1998 a 2005 quase dez mil comunicadores enquadrados em processos criminais. Enfim, que estabelece penas pesadas, inclusive, pena de prisão, equipamentos apreendidos, que é você criminalizar uma prática que o próprio ministério não dá conta de oferecer para o cidadão.

Falando em... Vocês veem que estou passeando pelos meios de comunicação, um por um, mas é para dar essa geral no nosso setor mesmo... Bom, o telefone, a privatização instituiu um conceito de concessões pelo Estado em regime público, mas que previa a universalização, concorrência, modicidade tarifária, qualidade de direitos de usuários e desenvolvimento industrial e tecnológico.

Antes da privatização, tem um negócio que chama tele-densidade, antes era em torno de doze por cem, é um índice que eles usam para medir, depois passou a trinta por cem, o que de fato tem um ganho de universalização, um ganho de penetração interessante. Só que desses trinta por cem, são linhas disponíveis que, na verdade, só foram ocupadas 20,5; e nós sabemos que, enfim, não alcançou a meta que se propunha na época de privatização e é uma disparidade regional impressionante, assim. A concentração de linhas ocupadas é de fato no Centro-Sul, sendo que as regiões mais pobres ficam sem esse acesso.

E um dos motivos que impede a universalização é exatamente o preço e a tarifa básica, que é muito superior a muitos países no mundo. Para vocês terem uma ideia, a inflação do preço do telefone no período foi de 3.846... o número não está aqui, exato... Este livro aqui, que eu recomendo, chama “Convergência Tecnológica das Comunicações, os Direitos do Consumidor no Brasil”, ele traz todos esses dados esmiuçados, mas ele foi milhões de vezes maior do que a inflação no período. Como é uma penetração, nós temos o celular, mas a maioria, como nós chamamos, é “pai de santo”, aquele que só recebe, que não consegue fazer ligação, 80% dos celulares no Brasil só recebem chamadas, não dão direito ao cidadão ligar, porque ele não tem condições de fazer as ligações por conta do preço, e aí tem o cenário, são as empresas que mais recebem reclamações nos vários órgãos de atendimento ao consumidor.

Bom, a *internet*... e já vou terminando os nossos meios, só faltam mais um. Hoje nós falamos muito da *internet* como veículo revolucionário que vai mudar tudo, mas ainda é desafio muito grande. Hoje, só 23% da população tem computador em casa, sendo que 20% com *internet*, sendo que desses 20% com internet só 50% com banda larga. Então, é um número muito pequeno ainda de pessoas que conseguem acessar de suas casas uma rede mundial de computadores; 54% de quem tem computador não usam porque afirmam que não tem como pagar, não usam a *internet* porque é muito caro, não tem como acessar; e 59% da população brasileira nunca utilizaram a

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
COMUNICAÇÃO, REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS.

internet. Este é um dado do qual não fazíamos ideia do quão inacessível é esse meio ainda para o nosso povo.

E tem outro problema que é a divisão entre classes sociais. Temos a classe A, composta por 5% da população que representam 82% dos usuários de *internet* no Brasil; a classe B, composta por 15% que representam 50%; a classe C, composta por 30% que representam 16% e as classes D e E, compostas por 50%, que representam 2% dos usuários de *internet* no Brasil.

Então, tem uma pirâmide bem complicada.

Esse é o último dado, com o qual eu fico bastante incomodada. Quando estamos comprando um serviço de banda larga parece que estamos comprando a última maravilha do mundo. Mas na definição da União Internacional de Telecomunicações a banda larga é a velocidade de 1,5 Mbps. No Brasil 63% das residências compram produtos de banda larga, mas a velocidade é menor que 300 Kbps. E eles ainda entregam! Eles falam: “Só podemos entregar no máximo 40%”; não sei o que...

Então, realmente somos um País muito atrasado na velocidade que a *internet*, de fato, deve ter para todas as atividades que queremos fazer.

Terminando os meios...

A questão da convergência: tem o sistema brasileiro de tv digital, que foi instituído com o Decreto nº 5.820 que instituiu o ISBD, um padrão japonês, que foi o mais caro de todos e com menos escala de produção. Só o Japão e o Brasil têm o sistema japonês tv digital, apesar do modelo europeu ser disseminado em 104 países. Já houve todo um debate em torno disso também.

No Decreto foram entregues às atuais concessionárias em consignação 6 MHz.

Não sei se os senhores sabem, hoje uma televisão no sistema analógico precisa de 6 MHz para transmitir, mas no sistema digital, dependendo da resolução em que você vai transmitir, poderá ocupar 1,5 MHz, o que significaria deixar liberado todo esse outro espectro para entrada de novos atores. Só que no Decreto da TV Digital eles entregaram 6 MHz cheios às emissoras e há algumas entidades questionando isso na Justiça. Vamos ver o vai dar! De fato, foram entregues. Não há a oportunidade de transmitir em sinal digital, mas - usando uma metáfora -, sim um latifúndio para poder - tomara que não seja tão produtivo - fazer o que quiser.

A rádio digital segue sem definição. Temos o modelo dos Estados Unidos, que nem emplacou, que era o modelo que o nosso Ministro queria implantar aqui também. Mas também nos Estados Unidos nem as emissoras aderiram e muito menos o público porque um aparelho de rádio com essa tecnologia é muito caro. Então, não está pegando lá e eles deram uma parada antes que quisessem implementar aqui.

Os impactos dessa organização: Primeiramente, tem-se a impressão de que comunicação é algo privado e não algo que deve ser tratado como política pública e como direito fundamental de todo cidadão; tem-se um represamento muito forte em função da concentração da diversidade cultural e das diferentes visões de mundo; tem-se uma legislação que não é direcionada ao interesse público e uma concentração de acesso aos meios, de produção e de distribuição de conteúdo.

Tendo em vista esse panorama, por que uma Conferência Nacional de Comunicação? Acho que ficou mais fácil responder. Temos muitos desafios importantes para enfrentar não só em relação ao que está vigente; como funciona a comunicação no Brasil, mas principalmente pelo que está por vir.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
COMUNICAÇÃO, REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS.

Agora, vivemos um momento central de transmissão entre o analógico e o digital onde muita coisa pode mudar ou permanecer como está. É uma decisão que depende e, no caso, de política pública.

A Conferência é um momento muito interessante porque tem uma capilaridade. Estamos hoje em Cuiabá; na semana passada estive em Juazeiro; na semana anterior estive no interior de Minas Gerais debatendo com a sociedade questões sobre a comunicação. Então, nos permite gerar um tipo de debate público sobre a questão muito forte. O grande objetivo da Conferência é apontar diretrizes e ações às políticas públicas do setor. Então, cria uma cultura de participação e controle social. É uma prática do Governo Federal, que já fez mais de sessenta Conferências setoriais de vários tipos. Mas a nossa Conferência tem alguns detalhes. E eu já encaminharei para o final.

Acho que o primeiro detalhe é o tempo da nossa Conferência. As conferências geralmente têm um tempo de organização de um ano e meio a dois anos, entre uma e outra; todo um processo de construção, de debate, de diálogo, de articulações. O movimento social começou a pedir a Conferência em junho de 2007 e foi anunciada em janeiro de 2009. O Decreto, que é um documento de uma página que fala a data e o nome da Conferência, demorou quatro meses para sair. A Portaria, com a convocação da Comissão Organizadora - e aí tem a questão de quem faz parte - demorou um pouco mais. O Regimento Interno saiu há poucos dias. Então, estamos num processo que teve uma série de fatores. Seis entidades empresariais das oito que compunham a Comissão Organizadora Nacional abandonaram o processo e houve alguns problemas decorrentes disso. Eles condicionaram muito, assim: é a primeira conferência que terá 60% de *quorum* para aprovação de uma proposta, sendo que tem que ter um membro de cada setor - isso não tem em outras conferências -; é a primeira Conferência que o setor empresarial tem 40% do número de delegados - isso nunca ocorreu em nenhuma outra Conferência-. A que teve maior representação foi a do Meio Ambiente, que foi de 30%.

Então, tem uma série de questões - passarei rapidamente pelas representações - que tornam a nossa Conferência muito diferente de todos os outros processos. Ela é muito especial porque permite fazer debate, pela primeira vez no Brasil, de forma capilarizada e acumulando, mobilizando as pessoas a participar, mas, por outro lado, restringe muito em vários aspectos, não somente no Regimento interno, mas também nas resoluções, a nossa atuação. Mas vamos que vamos!

Alguns dados: as Conferências Estaduais têm que ser convocadas até 08 de novembro e as etapas preparatórias, que são as conferências livres e setoriais, têm que ser convocadas até vinte dias antes da etapa estadual. As etapas preparatórias devem mandar suas resoluções à etapa estadual, que deve sistematizar como uma contribuição à etapa estadual.

Inclusive, essa poderia ser considerada uma etapa preparatória.

Esses são os conteúdos. Na verdade, são ajuntamentos de vários temas que foram três eixos. Cada Estado pode apresentar no máximo dez propostas para cada um desses três eixos. Tem o eixo de produção de conteúdo; o eixo: meios de distribuição e o eixo: cidadania, direitos e deveres.

O que ainda há para regulamentar? Não está definido ainda. Inclusive, o Jonas, que é o representante titular do Intervenções na Comissão Organizadora, que viria para cá hoje, está em reunião na Comissão Organizadora Nacional e, por isso, não veio. Hoje, eles estão discutindo a metodologia das etapas estaduais: até que ponto a nacional vai interferir na criação dos GTs temáticos ou não; como será; se terá 30% de *quorum* para a proposta passada. Tem várias questões

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
COMUNICAÇÃO, REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS.

que serão debatidas hoje lá e, além disso, o credenciamento e o processo de eleição dos Delegados. Então, é o seguinte: como você identificar se uma pessoa é do setor empresarial ou do setor da sociedade no geral; como será feito esse processo e se poderá ter eleição por chapa ou se não vai.

Então, eles estão debatendo ainda essas questões para a Conferência.

O desafio que temos aqui é a convocação da comissão organizadora estadual, aí acho que as meninas podem falar um pouco mais em que pé está esse processo.

Hoje já estamos vinte e duas conferências convocadas nacionalmente; duas serão tocadas pela sociedade, porque nem o Governo e nem a Assembléia Legislativa vão puxar, e aí serão feitas em parcerias com a comissão organizadora nacional; e três estão para sair o decreto por esses dias. Então, teremos de fato conferências em todos os estados brasileiros.

Eu acho que um desafio para vocês, que também coloco como uma provocação, mas é tentar articular de alguma forma com - acho que a Assembléia Legislativa pode ser uma boa ponte para isso - as cidades do interior; tentar também mobilizar, sensibilizar e envolver todo o Estado de alguma forma nesse debate, porque precisamos que toda população tenha acesso a ele.

É isso. Agradeço mais uma vez o convite e fico à disposição para dúvidas e questões de vocês.

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (ALEXANDRE CESAR) - Queremos registrar também, antes de passar a palavra ao próximo integrante da mesa, a presença do Sr. Jeremias dos Santos, da Associação das Rádios Comunitárias de Mato Grosso; do Sr. Edson Pires, membro do Conselho da FEMAB - Federação Mato-Grossense de bairros; do Sr. Antônio Carlos Ribeiro, Jornalista e Professor de Comunicação; do Sr. Donizete de Oliveira, estudante de Publicidade; e também dos estudantes de Jornalismo e Publicidade do UNIRONDON Centro Universitário. Obrigado!

Passamos a palavra ao Sr. Osmar Carvalho, Secretário de Comunicação da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

O SR. OSMAR CARVALHO - Gostaria de cumprimentar os componentes da mesa em nome do Deputado Alexandre Cesar, autor do Requerimento; a Sr^a Carolina Ribeiro, da Intervezes, que nos deu uma aula, colocando uma série de situações; registrar também a presença da representante do MST, a Sr^a Lucinéia; do Sr. Jonas da Silva, companheiro da SECOM; da Sr^a Keka, nossa presidente do Sindicato; e principalmente de todos que estão aqui, dos jornalistas, professores e movimentos organizados. Eu acho que é o início de um trabalho. Percebemos claramente que teremos que avançar muito mais.

Parece que quando falamos num tema como esse, falamos só de interesses que ligam diretamente os profissionais que trabalham com a comunicação, e não é verdade. Na verdade, quando falamos em comunicação, falamos de toda sociedade, porque todo mundo assiste televisão, ouve rádio, lê jornal, tem telefone celular, *internet*, instrumentos novos surgindo, e a sociedade toda, sim, tem que se mobilizar e participar dessa discussão.

São mais de vinte anos de espera. Na verdade, desde o processo de redemocratização do país, em 1985, se aguarda por este momento, ou seja, estamos vivendo realmente um momento histórico e devemos aproveitá-lo da melhor forma possível.

Gostaria de registrar, antes de falar um pouquinho especificamente sobre a nossa comunicação, no caso da Assembleia Legislativa, que temos aqui a TV Assembleia Legislativa; temos a proposta de uma rádio; temos hoje uma agência de notícias via *internet*, mas tramita no Ministério das Comunicações a proposta de uma rádio FM educativa nos moldes do que se faz hoje com a TV Assembleia Legislativa.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
COMUNICAÇÃO, REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS.

Então, eu vou discorrer um sobre essa nossa comunicação, mas antes só pontuar algumas questões sobre a questão da mídia.

Eu acho que quando se fala em mídia, e a Carolina abordou bem, acabamos entendendo, por exemplo, grandes aglomerados de comunicação. Aliás, ela citou cinco que abocanha 85% da audiência no Brasil; ou seja, estamos falando em monopólio de comunicação. E nós s a tendência também de colocá-los como donos, proprietários daquele conglomerado de comunicação.

Então, o Roberto Marinho, que é o dono “x”; o João Saad, que é o dono “Y” e tal... E nós esquecemos nesses momentos que são concessões públicas, são outorgas que quando renovadas deveriam ser precedidas por uma discussão, e aí, no caso, audiências públicas poderiam sim ser um instrumento importantes para isso. Realmente há esse esquecimento, porque se entende que eles são donos e não se mexe naquilo. E não é verdade, a Constituição garante isso.

Eu acho que esse instrumento de nós podermos nos reunir agora no final de outubro numa Conferência Estadual de Comunicação, e no início de dezembro numa Conferência Nacional, é que podem dar as diretrizes aí para que possamos definir novas políticas que podem regulamentar isso aí e, enfim, mudar o rumo dessa questão.

Sobre a questão das grandes mídias, Deputado Alexandre Cesar, eu acho que uma coisa importante é a questão da programação.

Quando se fala em grande mídia, estamos falando de grupos que estão norteando culturas, formas de vidas, consumo, enfim... E uma coisa importante para se discutir é essa questão da programação: o que se vende; o que se mostra; o que aparece nesses veículos, nessas concessões públicas.

Eu acho que o Ministério Público tem ações isoladas nesse sentido da regulamentação de horários, cenas de sexo, programação não apropriada para crianças, mas falta uma regulamentação que discipline isso para que realmente possamos avançar. Acho que essas Conferências podem indicar os caminhos para isso.

Outra questão é a questão das rádios comunitárias. Têm uns companheiros aqui de rádios comunitárias... Eu que estou na Secretaria de Comunicação da Assembleia Legislativa vejo a luta dessas pessoas no dia-a-dia para conseguir regulamentar as suas atividades. São dezenas de rádios que funcionam hoje em dezenas de municípios do Estado, e no Brasil não é diferente, e o que acontece com eles é que por falta de uma regulamentação, por falta de uma política, que garanta que eles consigam uma regulamentação rápida... É o que a Carolina colocou: “De repente, dez, quinze, dezoito anos, aguardando uma concessão”. Qual é o caminho que essas pessoas vão encontrar? Elas vão simplesmente funcionar na clandestinidade, na pirataria. Ou seja, a falta de uma política para a área está levando um grupo enorme a entrar na clandestinidade, na pirataria, tendo que enfrentar a Polícia Federal e outros órgãos de controle.

Então, acho que essa questão da rádio comunitária... Quando falamos na democratização da comunicação, é um instrumento poderosíssimos de se chegar na comunidade, de realmente garantir que haja uma democratização da comunicação, da informação. Acho que essa é uma questão importante.

A questão da *internet* neste novo mundo que vivemos... Eu estava conversando com o Jonas há pouco, e ele tinha acabado de postar no seu *Twitter*, que tem 47 seguidores, pouco mais... O Mano Menezes do Corinthians já está com um milhão. Mas essa é a realidade que vivemos hoje...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
COMUNICAÇÃO, REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS.

Quer dizer, como vamos nos portar, nos posicionar diante desse novo mundo globalizado, onde a comunicação acontece de forma instantânea?

O mano Menezes tem um milhão de pessoas que acompanham o que ele está falando. Quer dizer, os desafios de se enfrentar esse novo modelo de comunicação também é outro ponto importante.

A questão da TV Assembleia Legislativa e das TV(s) Legislativas no Brasil de uma forma geral.

Nos últimos cinco anos, o que se restringia praticamente a Minas Gerais, hoje quase todas as Assembleias Legislativas, uma boa parte delas, já têm TVs Legislativas e estão ganhando cada vez mais forças e estão se estruturando.

No caso desta TV Assembleia Legislativa foi uma determinação da Mesa Diretora com o apoio de todos os Deputados. A TV Assembleia Legislativa, ainda este ano e a partir no início de 2010, estará indo para vinte municípios-polos, ou seja, ela vai sair da Baixada Cuiabana, transmitindo ao vivo as sessões, audiências públicas como esta, ações de interesse coletivo, para vinte municípios-polos e em breve para todo o Estado de Mato Grosso. Quer dizer, será um instrumento muito importante para que se possa divulgar também dentro desse processo de democratização da comunicação.

Há alguns entraves. Estive até conversando recentemente com o Sr. Wanderlei, que é o nosso Superintendente da TV Assembleia Legislativa e Secretário Geral da Astral, Associação das TVs Assembléia Legislativa do Brasil.

Todos os eventos realizados pela Astral, Sr. Presidente, uma das coisas colocadas é a dificuldade que as TVs legislativas, as TVs públicas de uma forma geral, encontram para garantir apoio para divulgar as ações. Cito um exemplo: nós tínhamos um projeto para fazer um trabalho sobre a história de Mato Grosso. A ideia era divulgar isso na TV Câmara e na TV Senado, até porque temos parceria com essas TVs. Isso tem um custo. É difícil. Nós temos uma estrutura limitada. Poderia buscar apoio cultural sem fins lucrativos, obviamente, na iniciativa privada para determinados projetos, mas hoje isso não é possível, não é permitido. Nos caso das rádios comunitária até se fala em apoio cultural, mas as TVs ainda não têm.

Então, essa falta de regulamentação acaba travando, acaba dificultando para que haja o crescimento de um instrumento, de um canal público, de uma concessão, como a Carolina colocou - como a Rede Globo é - que, claro, não afere lucro, que não tem por objetivo ter lucro, mas que pode abranger muito mais as suas ações, podendo chegar muito mais à sociedade, ter uma programações realmente atrativas que possa abrir portas para situações que empresas comerciais não teriam interesses, porque não afere lucro, enfim, que não teria resultado, mas que a TV pública tem obrigação de fazer isso.

Então, se tiver a possibilidade de aumentar essa questão do apoio também às TVs legislativas acho que isso facilitaria para que realmente pudéssemos avançar nessa questão das TVs.

Outra questão, só para concluir, quero mais também ouvir as pessoas que estão aqui, é a respeito do controle público nas comunicações.

Quando falamos nisso tem gente que arrepiam, porque acham que há o risco da censura, aquela coisa da Ditadura, essa coisa toda.

Na verdade, há um equívoco aí - um equívoco! Porque, quando se fala em controle público, não estamos falando em censura, em atingir liberdade de imprensa. Eu acredito que quando se fala em controle público, se fala exatamente nas regulamentações que já foram colocadas aqui, ou seja, garantir a democratização dessas concessões, garantir que as suas renovações sejam

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
COMUNICAÇÃO, REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS.

transparentes, avaliar se elas cumpriram aquilo que a Constituição determina. Ou seja, não se está falando em censura, mas simplesmente num controle público.

Hoje, vemos o Ministério Público com controle, vemos os Poder Judiciário, com o Conselho Nacional de Justiça, garantindo avanços importantes. Então, não há porque temer em falar em censura quando podemos avançar e garantir que a sociedade organizada participe desse controle sem invadir área, sem invadir linhas editoriais de jornais. Eu acho que não é esse o objetivo de ninguém.

Por fim, quero só me colocar à disposição, Deputado. Eu acho que a Assembleia Legislativa tem esse papel no sentido de apoiar para que pudéssemos ampliar essa divulgação agora nos dias que antecedem a Conferência Estadual usando as nossas mídias, tanto interna como externa, para que possamos divulgar e fazer essa mobilização que a Carolina sugeriu e pudéssemos chegar ao interior. Acho que podemos trabalhar, ver com a Mesa Diretora, uma campanha nesse sentido, para que as pessoas possam realmente ser informadas dessa conferência e principalmente a importância dela no dia-a-dia da sociedade. Obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ALEXANDRE CESAR) - Obrigado, Osmar.

Vamos ouvir agora a Sr^a Lucinéia de Freitas, do MST, representante dos Movimentos Sociais.

Registro que já temos quatro inscrições da assistência e informo que as inscrições continuam abertas. É só procurar uma das nossas representantes do cerimonial da Casa para poder fazer a sua inscrição.

Com a palavra a Sr^a Lucinéia de Freitas.

A SR^a LUCINÉIA DE FREITAS - Boa-tarde a todas e todos.

Um dos pontos que trouxemos aqui é o desafio da sociedade civil, dessa sociedade civil não empresarial, na realização dessa conferência, na realização da nossa Conferência Estadual e depois da Conferência Nacional.

Considerando os pontos que a Sr^a Carolina levantou, existem mais alguns pontos que temos que refletir antes para entendermos os nossos desafios. Por exemplo: qual o papel da comunicação? Podemos considerar que essa comunicação tem grande importância na reprodução da estrutura social que existe. Ao falarmos reprodução da estrutura, falamos em reprodução de um sistema também. A comunicação cumpre um papel de dominação ideológica na forma que está colocada hoje. Então, a partir da comunicação, reproduzimos essa estrutura desigual desse sistema no qual estamos inseridos.

Tem uma fala da psicóloga Raquel Morenos, de São Paulo, desse comitê que financia a baixaria contra a cidadania em que ela fala que a TV criou um corpo de valores: "Introjetam isso na nossa mente e a partir de então somos guiados pelo nosso superego. Então, a TV mostra o que o público quer ver e forma a população a partir do que passa na TV".

Percebemos isso em alguns temas de novela. Por exemplo: em muitas novelas, alguns personagens alteram o seu perfil completamente no decorrer da trama porque a população quis que mudasse - o que era mau ficou bom, porque era simpático e etc.

Percebemos isso também na moda. Hoje é muito comum que as roupas que se encontra nas lojas sejam nos moldes da que a mocinha da novela das 20:00 horas usa. Então, hoje, se formos às lojas, as roupas que estão à disposição para comprarmos são as roupas que a Helena, da novela que estreou agora, usa, porque aquilo dita a moda. Então, toda a vontade e o desejo giram em torno daquilo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
COMUNICAÇÃO, REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS.

Fora isso, existem alguns outros pontos na programação! A programação já cria formas, cria estereótipos. Por exemplo, é comum ouvir que meninos negros de boné virado para trás e de bermudão, estilo os meninos que dançam Hip Hop, é bandido. E é comum, às vezes, se conversarmos com motoristas de ônibus, os ouvirmos falarem que em bairro periférico, se for um menino com essa aparência ele não para para pegá-lo. Se percebemos, esse é o estereótipo do bandido que é mostrado na televisão - que o negro de boné e bermudão vai roubar, vai assaltar, vai matar.

Tem outros pontos, como o movimento social baderneiro, mulher gorda é mulher feia, e daí leva as mulheres a se matarem em mesa de cirurgia de açougueiros para ficarem magras e bonitas para cumprirem um perfil mostrado e construído pela mídia da forma que ela está hoje. E isso nós vamos observar em diversos setores: é a influência com as crianças, a utilização das crianças para despertar o desejo de consumo e vai se reproduzindo. Então, a mídia cria esse corpo de valores, de interesses, de vontades e, a partir disso, domina a população. E daí tem aquele ponto: 5% com 85% de audiência.

E daí há outra questão para avaliarmos: comunicação é um direito fundamental do ser humano. Quando lemos a declaração universal dos direitos humanos, está lá como um dos direitos fundamentais a comunicação. Então, a pessoa teria direito a ser expressar livremente, a se comunicar, não ser estereotipada, etc. Só que, quando percebemos a forma com que no Brasil se organizaram os veículos de comunicação, nós percebemos que a população está alijada desse direito, porque ela não tem o acesso. Aliás ela nem sabe que comunicação é um direito fundamental, e por ser um direito humano fundamental o Estado teria que dar garantias e condições de ela acessar, assim como a alimentação é um direito humano fundamental, a saúde é um direito humano fundamental e a educação é um direito humano fundamental.

Então, assim, falta, a partir daí, o conhecimento de que comunicação também é um desses direitos fundamentais e por isso todos e quaisquer cidadãos e cidadãs devem lutar por esse direito.

Tem um ponto também que Carol falou que é muito importante: grande parte da população não sabe que rádio e televisão são concessões públicas. Quando vamos falar sobre comunicação em muitos espaços e dizemos que comunicação é concessão pública, a maioria das pessoas se assusta com isso. E daí vemos no cotidiano as pessoas falarem que a Rede Globo é do Roberto Marinho. Quem nunca ouviu ou até falou isso, que a Globo é do Roberto Marinho, que o SBT é do Silvio Santos, como se fossem propriedades? E parece ser.

Desde a década de 60 não houve mudanças nas concessões. As mesmas pessoas que tinham concessões lá na década de 60 permanecem com as concessões até hoje sem nenhum controle, sem nenhuma alteração, sem nenhuma interferência pública. Então, aí nós vamos reproduzir nossa idéia de que, como aquele cara é proprietário, como a família Marinho é proprietária da rede Globo, ela pode falar o que quiser, ela pode defender o que ela quiser, porque aquilo é propriedade dela. Não percebemos na sociedade que aquilo é propriedade de todos e está ou deveria estar temporariamente disponível àquele cidadão, àquela empresa para desenvolver um trabalho de cunho social, que vai dar lucro, lógico, para ele, mas que deveria primordialmente ter cunho social. Porque toda concessão pública, necessariamente tem que ter um desenvolvimento social. Por exemplo, o transporte público de Cuiabá é uma concessão da Prefeitura para as empresas, então ele tem que desenvolver um cunho social que é o atendimento a quem necessita do transporte.

A Comunicação deveria ter a mesma função. Mas como a maioria de nós não sabe, também não questiona.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
COMUNICAÇÃO, REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS.

Então, assim, refletindo esses pontos de que nós temos essa... Quando falo nós, falo da sociedade em geral e não apenas do público que está aqui hoje. Se nós temos essas dificuldades, vêm os nossos principais desafios. São centenas de problemas que vêm vindo. Mas vou colocar um desafio que vamos ter na Conferência em si, quando já estiver realizando: grande parte de nós acredita que muitos empresários são também Poder Público. Hoje, se pegarmos as concessões aqui do Estado de Mato Grosso, a maioria delas - tenho esses dados, mas não os trouxe aqui hoje, porque inicialmente não era a intenção revelar aqui, mas têm *sites* em que é possível acessar e ver - está nas mãos de políticos. Então é assim, temos Deputados Estaduais que são concessionários de Rádio e TV, Prefeitos, Vereadores, e daí quando pensarmos lá na hora da Conferência aqueles quarenta, quarenta/vinte, como vão ter nos vinte muitos que também estão nos quarenta dos empresários, na realidade vamos ter momentos de ter cinquenta/quarenta, sessenta/quarenta, porque se considerarmos que muitos do Poder Público vão estar lá como Poder Público, mas vão para defender interesses pessoais, porque são concessionários, eles estarão se somando aos 40% do empresariado. Então saímos numa desvantagem muito grande!

Só para os senhores terem uma ideia da força desse grupo de empresários, se analisarmos a Comissão Organizadora Nacional, da qual a maioria dos empresários saíram, dos oito grupos representantes ficaram dois, porque seis se retiraram, só que antes de se retirarem, eles conseguiram aprovar essa porcentagem de quarenta a quarenta/vinte e conseguiram aprovar o teto de 60% mais um para a aprovação de propostas em plenária. Quando sabemos que geralmente é utilizado em todas outras Conferências o teto de 50% mais um para a aprovação.

Outro desafio que temos é que como não sabemos que comunicação é direito nosso, é direito da população, não nos mobilizamos. Poucas pessoas se mobilizam porque ficam pensando que isso é coisa de jornalista, de comunicadores, de empresários e não percebem que são partes fundamentais do debate por ser o usuário da TV, do rádio, da telefonia celular, do telefone fixo, da internet. Se não são usuários é por falta de oportunidade, sem saberem que têm esse direito. Então, há uma dificuldade de mobilização real da sociedade.

Temos entidades lutando há mais de vinte anos pela democratização. Mas, a hora que precisam do envolvimento real de toda comunidade, temos essa dificuldade. Por exemplo, hoje poderíamos estar com Casa cheia, considerando que faltam trinta dias para realização da 1ª Conferência Estadual de Comunicação. No entanto, apesar de todo esforço de mobilização, temos diversas cadeiras vazias. O que mostra a dificuldade de atrair as pessoas para debates sobre comunicação.

Outro ponto importante é a questão da formação. Entendemos muito pouco de como se dá esses processos na questão da comunicação. Conhecemos muito pouco da legislação, da Constituição Federal. Então, não sabemos o que está previsto e regulamentado na Constituição. Não sabemos quais as leis que caíram, quais foram aprovadas, o que tramita. Essas coisas não ficam claras à população.

Então, temos dificuldades. Quando temos que debater é a partir de marco regulatório, porque nos falta na maioria das vezes o conhecimento mais profundo desses espaços.

Na questão da formação há outro ponto que é a linguagem técnica. Por exemplo, uma das alegações feitas pelos empresários para saírem da Comissão Organizadora, foi de que não precisavam debater a questão social, da programação, do conteúdo de programação e que deveriam debater apenas as questões técnicas - digitalização, internet, banda larga - que no linguajar para o nosso dia-dia pronunciamos e falamos, mas, quando temos que entender como é o processo, temos muitas dificuldades, porque também não há interesse - poderíamos dizer público e empresário - que

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
COMUNICAÇÃO, REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS.

a população saiba disso porque se você não sabe não questiona e a partir do momento que você passa a questionar, esse grupo precisa dar uma explicação. Então, há essa dificuldade de adquirirmos esses conhecimentos para poder, num espaço, por exemplo, como na conferência, não ter apenas um grupo pequeno de pessoas questionando, cobrando, reivindicando, mas ter realmente um grupo grande de pessoas, todos os participantes tendo condições de interferir, de perguntar, de questionar e de intervir no processo.

Hoje, colocando, teríamos três questões bem complexas na realização das conferências. Esses três pontos seriam esses: A questão dos grupos que estarão presente; na nossa dificuldade de mobilização da sociedade civil por todas essas questões; e essa questão da nossa formação, do nosso estudo, mesmo. Porque, como tem poucas pessoas participando dos espaços de debate, de diálogos, discussão e formação, poucas pessoas, realmente, chegarão à conferência preparadas para fazer esse debate, para levantar esses questionamentos.

Obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ALEXANDRE CESAR) - Obrigado, Lucinéia.

Vamos ouvir, agora, o representante da Secretaria de Estado de Comunicação,
Jonas da Silva.

O SR. JONAS DA SILVA - Boa-tarde a todos.

Quero agradecer o Deputado Alexandre Cesar por ter encampando esta ideia de Audiência Pública e agradecer também a presença das meninas que atuam e batalham já bastante nessa questão da comunicação, como a Lucinéia, e o panorama traçado, inclusive, pela Carolina; agradecer ao Osmar.

E, também fico consternado de ver várias cadeiras vazias aqui. Concordo com a Lucinéia quando poderíamos ter, certamente, muitos representantes, cidadãos comuns e representantes de instituições.

O Secretário Adjunto de Comunicação, jornalista Onofre Ribeiro, solicitou que eu o representasse aqui para darmos esse pontapé nessa discussão, num momento como este.

Quero dizer da posição do Governo. O Governo está aberto a este debate e também entende esse debate como um momento histórico e importante para discutirmos algo que já foi falado aqui e repetirei para reforçar mais ainda, que comunicação tem significado e comunicação é igual à construção de cidadania. Esse é um, infelizmente, Deputados e demais colegas aqui presentes, profissionais de imprensa e cidadãos, infelizmente, esse é um conceito que não cabe na cabeça das pessoas e, na realidade, confere isso que os outros expositores, tanto a Sr^a Carolina, o próprio Deputado, o Sr. Osmar, a Sr^a Lucinéia, já mencionaram há pouco.

É difícil compreendermos que comunicação está ligada ao dia a dia, a nossa vida de ir e vir, o bom exemplo que a Sr^a Lucinéia citou, na questão do transporte coletivo e que isso precisa da participação popular. Quanto mais pessoas, quanto mais agentes, quanto mais instituições participarem dos rumos da sociedade, nós sabemos disso, posso até ser repetitivo, mas quanto mais pessoas e quanto mais instituições participam daquilo que será do coletivo, tanto melhor, ou certamente o nível da qualidade disso que é de uso comum da sociedade acaba se fundamentando, acaba sendo tanto melhor se tem essa participação.

Esse processo nosso, vocês sabem muito bem, se fossemos considerar só pela importância do tema, ele está um pouco apertado. Vocês sabem que daqui um mês teremos a nossa Conferência Estadual e daqui dois meses teremos a nossa Conferência Nacional. Ou seja, requer que você faça toda uma discussão, requer que você faça todo um trabalho de base, de construção de base para chegar a uma meta central, uma meta que é definir qual o rumo da comunicação o país deve ter.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
COMUNICAÇÃO, REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS.

Certamente alguns outros Estados, neste debate que travamos hoje aqui, alguém pode expor isso, inclusive, certamente alguns outros Estados estão mais - como eu diria - mais entrosados no debate, na promoção, na indicação de políticas públicas de comunicação e de políticas que reforcem essa construção da cidadania. É importante ressaltar aqui que além da posição histórica que vivemos, e isso não é só aqui em Cuiabá, não é só aqui em Mato Grosso, nós temos o desafio de tentar levar uma sociedade mais justa, uma sociedade mais igualitária, tendo em vista a questão da influência da nossa vida digital nos dias de hoje.

O exemplo prático o Sr. Osmar acabou de citar, enquanto começávamos e a Sr^a Carolina falava, em dois ou três minutos coloquei dois pôsteres aqui no meu twitter falando, chamando para transmissão da TV Assembleia e remetendo aquela fala central da Sr^a Carolina, que ela disse que o setor empresarial é a primeira Conferência Nacional do país que tem a participação de 40% do setor empresarial e depois todos esses desdobramentos que acabaram sendo expostos aqui.

Então, se nós queremos, na realidade, avançar numa política de comunicação, nós já temos alguns ingredientes, como foi colocado pelas pessoas que me antecederam, temos uns desafios para enfrentar essa questão da própria representação; se queremos uma sociedade melhor fundamentada, que seja ciente de seus deveres nós precisamos, na realidade, é começar essa construção de uma forma que possamos dar essa condição, que possamos criar essas condições para que essa sociedade interfira em uma política de comunicação. Então esse certamente é um desafio.

E reforço aqui, só para finalizar, porque o que vale é o debate, acredito eu, o que vale é o debate aqui, o que nós vamos debater e discutir, e reforço que temos que partir e ter bem claro em mente, novamente, essa questão de que as autorizações para emissoras de TV e rádio são bens, são instrumentos de direito público e assim deve ser, e não essa compreensão, vamos dizer, torta de que, na realidade, são de grupos econômicos, são de pessoas, de empresários. Nada contra a iniciativa privada, até porque nós somos um país capitalista e seria incoerência nossa, mas há de se ter melhor controle social sobre o que se produz, sobre o que se distribui e a própria configuração dos meios de comunicação do país e da própria participação social.

E reforço o que o Osmar disse, quando se fala dessa questão do controle público dá um arrepio - o Osmar usou essa expressão - de que seria censura e por meio desse tipo de pensamento mesquinho, pequeno, na realidade, estamos fazendo o fosso da desigualdade do país e do Estado aumentar cada vez mais entre aqueles que tem pouco, que ficam com poucos menos ainda; e quando falo pouco, inclusive, não falo só da questão econômica, falo pouco conhecimento, porque a TV, os rádios, os meios de comunicação. Os meios eletrônicos são portadores do quê? Eles são portadores de conhecimento, não aquele conhecimento acadêmico e sistematizado, mas eles são portadores de conhecimento. E aqui vou deixar o número, só para lembrar a nossa grande responsabilidade, onde estamos, na comunidade, sem considerar a própria vida digital: Mato Grosso hoje possui três milhões de habitantes. Então, temos que levar em consideração esse número. Esse número significa... Quando estamos falando de comunicação, de políticas de comunicação, temos que lembrar desses três milhões de pessoas, sem contar aqueles outros que, é lógico, a própria plataforma tecnológica atinge com a vida digital.

Agradeço a oportunidade! Estou aqui para contribuir cada vez mais com este debate (PALMAS.).

O SR. PRESIDENTE (ALEXANDRE CESAR) - Obrigado, Jonas.

Vamos ouvir agora o último integrante da mesa, antes de abrir para o debate com os participantes.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
COMUNICAÇÃO, REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS.

Com a palavra, a Sr^a Keka Werneck, Presidente do SINDJOR - Sindicato dos Jornalistas do Estado de Mato Grosso.

A SR^a KEKA WERNECK - Boa-tarde a todos!

Para quem não me conhece o meu nome é Keka Werneck. Sou Presidente do Sindicato dos Jornalistas. Estou aqui nesta mesa representando a Comissão Estadual Pró-Conferência de Comunicação.

Gostaria de agradecer a presença de todos que já sabem a importância deste debate.

Quero também pedir que prestem atenção em todas as informações que estão sendo repassadas aqui, que abracem essa causa e quando voltarem para suas casas comecem a olhar de forma diferente a televisão, a rádio, os meios de comunicações de um modo geral. É assim que conseguiremos sair desse quadro: de um número restrito de pessoas lutando por uma questão para uma ampliação, para um maior número de pessoas possíveis em todo o País.

Nesse sentido a TV Assembleia Legislativa, que está cobrindo este evento hoje, colabora enormemente para que não fiquemos somente aqui discutindo e para que as pessoas em casa também comecem a perceber o que significa este debate sobre as comunicações, que, como muitos já falaram aqui, não é uma questão só dos jornalistas, mas uma questão que interessa aos psicólogos, aos médicos, aos professores, aos bancários, aos trabalhadores, de um modo geral; aos afrodescendentes, aos índios, às mulheres, às crianças e aos idosos, enfim, a todos nós, donas de casa, porque a televisão e a rádio estão na vida de todos nós, todos os dias, assim como os jornais, enfim.

Gostaria de agradecer especificamente ao Deputado Alexandre Cesar porque foi sensível ao pedido da Comissão Estadual e nos ajudou a convocar esta Audiência Pública e também a indicar ao Governo do Estado a Conferência Estadual de Comunicação quando já estávamos sem esperança de que ela seria convocada. Ela foi convocada no último momento. Agora, estamos com o desafio de construir essa Conferência. E essa não é uma luta de agora.

Por não ser uma luta de agora, quero dizer a vocês, rapidamente, para não me estender muito - e também acho que vocês podem e devem se sentir à vontade para perguntar, para entrar nessa luta -; que nos reunimos; que existe um grupo se reunindo. E falo especificamente a todos que compõem a mesa para entrar de uma forma mais direta nessa questão, porque é muito importante. Não é um assunto vazio. A fala da Carol dá uma dimensão rápida também. Tenho certeza que se ela passasse o dia todo aqui falando teria muitas informações que iríamos absorver e pelas quais entenderíamos o tamanho dessa luta. Este é o primeiro momento, mas se não começarmos não conseguiremos avanços maiores mais à frente.

Preparei um material simples só para termos uma linha histórica. Não caímos de paraquedas nesta tarde. Nós já viemos de um processo...

Vou pegar o Brasil, obviamente. Outros países também têm sua história na comunicação.

No ano passado a imprensa brasileira completou 200 anos. Quem é da área de comunicação sabe e quem não é precisa saber que são dois séculos de imprensa brasileira. A imprensa surgiu por decisão governamental em 1808, quando Dom João VI e a família Real aportaram no Brasil, em fuga, fugindo de Napoleão Bonaparte e aqui chegaram. E uma das primeiras decisões de Dom João VI foi instituir a imprensa brasileira. E podemos perguntar: por que ele não abriu um hospital? Por que ele não fez nada mais que não a imprensa; que não o Banco do Brasil e os Correios?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
COMUNICAÇÃO, REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS.

A imprensa é uma força muito grande; é um instrumento de controle social muito importante. Como vocês podem observar não é de hoje que os governos compreendem isso como um instrumento de controle social.

Então, a imprensa brasileira não surgiu por apelo popular. O povo não foi às ruas e pediu: “Queremos uma imprensa. A imprensa é um importante para o povo brasileiro”. O povo daquela época era um povo em construção, mas ainda somos um povo em construção também.

O tempo se passou; os séculos se passaram; esses dois séculos; e o modelo de comunicação mudou algumas vezes. Os jornais pequenos, muitos com pouco alcance, se transformaram em indústria na virada do século. E veio a rádio, na década de 30; e a TV, na década de 50. Durante todo esse processo nós, enquanto povo, estivemos à parte dos debates, das decisões tomadas na área da comunicação. Com a chegada da *internet*, na década de 90, o povo também esteve a par dos debates de como ela vai-se dar; de como interferiria na vida do povo. E ainda estamos à revelia disso tudo.

Para vocês terem uma ideia - como a Carolina já citou alguns dados - um dado que tenho consolidado é que 67% dos brasileiros nunca navegaram na *internet*. Nunca navegaram na *internet* quase 70% da população brasileira. Então, é equivocada a ideia de que as pessoas têm acesso à *internet* no Brasil. É um menor número. São 30%. E sabemos que desses 30% muitos utilizam *lan house*, principalmente a juventude porque não tem acesso em sua casa. Como ela falou, a banda larga é um luxo de poucos. Essa banda larga também é questionável, porque essa informação eu não conhecia. Achei que estivesse no *top* da coisa porque tenho banda larga. Eu poderia estar navegando mais rápido, mas não estou e estou comprando gato por lebre.

Esse dado consolidado é da segunda pesquisa sobre o uso da tecnologia da informação e da comunicação no Brasil.

Então, dando um salto enorme e histórico, aportamos na ditadura militar, na década de 70. Quando a ditadura acabou no Brasil formalmente várias lutas começaram a saltar, digamos, da gaveta escura da ditadura no sentido de construirmos um País mais democrático, de forma mais ampla: precisamos ter saúde pública porque precisamos de um povo que não seja adoecido, de um povo sadio fisicamente e psiquicamente; precisamos ter educação porque precisamos de um povo que tenha condições de buscar o conhecimento e não só recebê-lo de uma forma fechada para que tenha condições de perceber onde quer buscar o conhecimento, interferir nas questões e em outras lutas dos trabalhadores, de modo geral, dos professores, dos bancários, dos afrodescendentes, dos sem-terra, dos LGBT, dos índios, por direitos humanos, enfim, e outras lutas mais, cada um no seu segmento tentando compreender o País como um ambiente onde circulamos em pequeno alcance ou em longo alcance. Você vai da sua casa ao centro da cidade; se você tem carro, vai um pouco mais longe; se tem condições de andar de avião, você conhece o Brasil. Mas é esse País que pretendemos como Nação. Esse é o ambiente que temos que começar a perceber de forma mais complexa, porque, senão, somos levados à revelia dos ventos de quem tem dinheiro, de quem tem algum poder instituído.

A luta pela democratização dos meios de comunicação também surgiu nesse caldo de democratização, de intenção, de esperança pela democratização do País.

Essa luta é interessante, porque - como várias pessoas falaram aqui - ela precede outras lutas, de certo modo. Não conseguimos construir um país democrático se tivermos uma mídia. E a mídia, num contexto mais amplo, tentando pontuar algumas questões, é: tv, rádio, *internet*, publicidade, que consumimos em casa, às vezes, como jornalismo, mas, na verdade, é a publicidade mascarada ali.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
COMUNICAÇÃO, REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS.

Não tem como a população estar debaixo, digamos, desse sapato, pisando na nossa cabeça e não nos deixando enxergar muita coisa. Dessa forma, não conseguimos construir um País democrático. Vamos sempre esbarrar em informações equivocadas que não nos dão aquela certeza de que devemos lutar. Então, se não conhecêssemos a luta da comunicação - como me parece que a Lucinéia colocou sobre isso - não conseguiremos compreender que essa, sim, é uma bandeira importante, que todos nós devemos nos engajar nela, mas não somente porque temos algum conhecimento, mas devemos buscar sempre mais compreender a fundo o que significa essa luta. E algumas questões são fundamentais.

Os movimentos sociais aparecem na televisão de que forma? Será que aquele senhorzinho, aquela senhora, que está debaixo de uma lona preta do MST na estrada por cinco anos, deveria ficar quieta e esperar o tempo histórico do INCRA e do Governo Federal para conseguir uma terra? Ou ela tem direito de se posicionar publicamente num protesto, numa caminhada? Enfim, isso seria uma baderna ou seria uma luta social digna que a pessoa pode e deve buscar? Será que os afrodescendentes devem aceitar eternamente esse espaço de minuto que é dado a ele na sociedade? Ou ele pode e deve se organizar? E ele pode e deve cobrar aparecer nas novelas não só como serviçais sem escolaridade ou de uma forma sempre marginalizada nas telenovelas, nos jornais, na publicidade? Ou eles podem se organizar, e já vem se organizando, modificando muitas vezes o caráter de campanhas publicitárias?

Na verdade, nós vamos emburrando o país. Têm várias distorções ainda, mas é nesse sentido que tento mostrar para vocês.

Então, certos de que era necessário mexer nos meios de comunicação, perceber que força é essa que nos conduz no dia-a-dia, começaram a surgir vários coletivos por todo o Brasil, criados justamente nessa necessidade de saber quais são essas distorções. À medida que vamos tomando conhecimento dessas distorções, inclusive ilegalidades, que a direita e os poderes instituídos cobram dos movimentos sociais, como, por exemplo, cobram do MST ocupação de terra e tudo mais. Mas a ilegalidade reina no País, e aí só é cobrado onde há o interesse de se manter o *status quo* e os movimentos sociais são relegados ao esconderijo que nos colocam.

Só para vocês terem uma idéia do que acontece aqui em Mato Grosso nesse sentido, a informação que temos é que em 1991 um primeiro coletivo se formou para discutir a democratização das comunicações. Isso foi muito puxado pelo Sindicato dos Jornalistas, porque naturalmente essa é uma luta que, embora tenha sido falado aqui, interessa a todos e acho que os jornalistas têm a obrigação de estarem informados e saberem onde estão transitando mais diretamente no dia a dia.

Às vezes, demoramos a perceber como são as relações de poder nos meios de comunicação, mas digamos que depois de uns cinco anos, por mais informado que sejamos, começamos a perceber: “Opa, isso aí não está muito correto”. E para que você não vire uma folha ao vento sendo levada, ou até mesmo para que você não vire essa folha ao vento, porque muitas vezes você precisa sobreviver trabalhando, todo jornalista tem que compreender esse ambiente no qual ele transita também.

Então, em 1991 teve esse grupo que se formou, e depois, nacionalmente, teve um vácuo de mobilização, os coletivos meio que pararam um pouco essa luta e depois começaram a se reorganizar.

Em março de 2007, bastante inspirados por esse movimento nacional que surgiu consolidado pelo Fórum Nacional de Democratização da Comunicação, e agora se constitui como a Comissão Nacional Pró-Conferência, em Mato Grosso começamos a conversar com os movimentos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
COMUNICAÇÃO, REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS.

sociais e se reunir em torno de um coletivo também. Esse coletivo teve uma formalidade para que começasse a existir de fato; ele surgiu como Fórum Estadual de Democratização da Comunicação, ligado ao Fórum Nacional com o mesmo propósito.

O Fórum Estadual compõe um grupo mais amplo que se constituiu agora como Comissão Estadual Pró-Conferência de Comunicação. Então, alguns movimentos são do Fórum e da Comissão Estadual Pró-Conferência; outros movimentos são só do Fórum, outros só da Comissão Pró-Conferência.

Essa Comissão Estadual Pró-Conferência é que foi ao gabinete do Deputado e pediu esta Audiência Pública. Mas para se chegar a este momento nos reunimos semanalmente, desde 2007. Quer dizer, é uma luta que exige certo suor; persistência; tentando perceber aonde se vai; aonde não se vai; quais são os gargalos, as dificuldades. Então, chegamos a este momento que estamos hoje, informando a vocês que por conta dessa luta, sim, - atribuo isso a nossa discussão, apesar de termos nos reunidos uma ou duas vezes com o Governo do Estado - sempre temos uma dificuldade grande de sensibilizar nesse sentido, e aí fica sempre a pergunta: É a dificuldade de sensibilizar ou é já uma certeza de que não se quer uma conversa e para que essa luta fique sendo embargada para que ela ande mais devagar, quanto mais divagar melhor? E aí vamos: empurra para lá, para cá e vamos levando.

Então, hoje temos esta Audiência Pública fundamental para começarmos a discutir. Nem acho que o *quorum* é tão pequeno, sou otimista; acho que no início tinha pouca gente, mas agora já tem muita. Tenho certeza que vocês já estão mais ou menos sabendo da importância desta Audiência Pública.

Quero dizer a vocês que se não estivermos juntos para discutir essas questões... Convido vocês a participar das nossas reuniões.

Nós vamos fazer digamos uma cosquinha e depois podemos, então, seguir a luta e ter uma intervenção mais firme na mudança de rumo das comunicações do país.

Nos dias 29, 30 e 31, senhores, é preciso que nos ajudem também na Conferência Estadual, porque hoje esta Audiência Pública é para preparar o debate na Conferência para que vocês saiam daqui já sabendo que luta é essa de fato; quais são as questões que estão pegando; como vai rolar a Conferência; o que vocês podem fazer para estarem mais engajados nessa questão.

Antes disso, no dia 17, virá a Cuiabá o Sr. José Luiz Sóter, que é da ABRAÇO Nacional, fazer um curso de formação pré-Conferência. Para quem quiser participar é aberto, será na Faculdade de Direito da UFMT, provavelmente às 08:00 horas. Então, os senhores estão convidados a participar.

Nós temos consciência que essa Conferência Estadual e Nacional, de acordo com as distorções que a Lucinéia colocou, das cadeiras marcadas, isso é comum na política, temos certeza que embora não vá resolver toda a problemática das comunicações... A Carol sempre fala que a comunicação é uma terra arrasada. Quer dizer, não tem nada, não tem regulação nenhuma, cada um faz o que quer, da forma como acha melhor, com uma lógica privada e não pública, o que é mais sério em minha opinião. Então, sendo essa terra arrasada, sabemos que vamos caminhar, vamos avançar um pouquinho ainda que não seja todo o caminho que temos a trilhar para dar uma regulada no setor para que possamos ter as comunicações em favor e não contra o povo brasileiro.

Quero pontuar neste momento que não é muitas vezes popular... Às vezes falo isso para quem está em casa... Eu acho assim: Somos contra a Rede Globo, não queremos mais novelas; e a pessoa que gosta de novela não quer saber de falar sobre isso, porque gosta de novela. Então, é

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
COMUNICAÇÃO, REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS.

um pouco mais profundo que isso. A novela em si não faz mal a ninguém. O que é subliminar ali, quer dizer, o que está debaixo daquelas informações, que são passadas, é que é preocupante.

E nesse sentido, acho que se há uma responsabilidade da Rede Globo ou de qualquer emissora em dar uma programação de respeito ao povo brasileiro, ela também não deve se esquivar, embora tenha se esquivado - os empresários já se retiraram, não vieram aqui hoje e tal - desse debate com o público; ou não pode falar que temos um país democrático, porque aí viveremos sempre uma democracia farsante, de mentira. Que ficamos falando: Ah, o Brasil é um país democrático. Mas essa democracia colabora de que forma com o dia a dia das vidas das pessoas? Ou ela colabora para que o filho de quem possa comprar tenha material escolar, sapato, possa ir à escola de mochila e tal, de banho tomado; e o filho do pobre pode ir à escola também, todos estão na escola descalços, sem material escolar, com professores cansados ou despreparados, enfim, mais ou menos por aí... Então, acreditamos que será um marco histórico, apesar de quaisquer pesares que podem acontecer.

Na Conferência Estadual vamos tirar os delegados de Mato Grosso. Então, lutamos muito, porque achamos que Mato Grosso é um Estado periférico no sentido geográfico, e é sim, mas muitas vezes a própria mídia, o próprio governo divulga Mato Grosso como um Estado central na agricultura, um Estado do futuro, o mais rico, o Estado que será o “bum” do Brasil. Passa nos programas de televisão que Mato Grosso é o “Ó” no desenvolvimento. Então, temos que estar dentro dos debates para trazer qualidade de vida porque já está provado que a soja, por exemplo, em si, não alimenta o povo de Mato Grosso. E há outras questões que são jogadas nacionalmente e colocam uma visão distorcida de qual Estado temos.

Quais assuntos devem polemizar a Confecom? Um monte. Pontuarei alguns aqui:

1) Políticos podem controlar emissoras de TV e rádio?
2) Levando em conta que TVs e rádios são exploradas por concessões públicas, programas religiosos vão contra o estado laico?

O que é o estado laico? Aqui não é um estado religioso. Aqui cada um terá a sua religião e o estado é político.

3) Concessões devem ser renovadas de quanto em quanto tempo? Quais devem ser as regras do jogo?

4) E quanto ao espaço publicitário? Devem ocupar quanto da grade de programações? Propagandas poderão ser dirigidas às crianças que ainda não têm maturidade, inclusive psíquica, para digerir o conteúdo delas?

Ou seja: Você precisa dessa boneca. Você não pode viver sem essa boneca. Quem pode comprar vai lá e vive com a boneca, quem não pode vai construindo aquela baixa-estima de quem está vivendo capenga, como estivesse faltando para ele alguma coisa essencial para o desenvolvimento.

5) Que tipo de controle social deve ser feito à mídia? Observatórios? Que tipo de coisa?

Esse papo de censura para mim realmente não cola, porque nós temos uma programação que interessa a apenas uma parte da população. Existe a censura do capital, porque os espaços publicitários são comprados nas TVs, rádios e jornais e por conta disso não são feitas matérias contra alguns desses detentores de capital.

Contra políticos que atuam contra esse conluio de coisas são feitas matérias também negativas em relação a eles, pegando justamente nos “calcanhares de Aquiles” que possam ter. Enfim...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
COMUNICAÇÃO, REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS.

Então, essa será a primeira conferência, obviamente outras virão, quero acreditar, se for seguida a mesma lógica das outras conferências, ainda que a nossa tenha sido bem diferente, mas deve ser de dois em dois anos e vamos crescendo e amadurecendo no debate para cobrar o que é nosso.

Imaginem vocês esse instrumento que é a televisão, que é a rádio, utilizado para que seja construído de fato um país democrático!

Então, podemos ter programas de qualidade, que divirtam a população e que fujam desse fantasma da coisa educativa que, para muitos, deve parecer uma coisa chata, que não consegue divertir, e tudo o mais, mas é mentira. Dá para fazer uma programação muito legal, muito divertida, complexa em alguns pontos, porque também não precisa ter debate o dia inteiro, mas que seja diversificada e traga informações de qualidade.

Sobre essa questão que está ocorrendo em Honduras, por exemplo, vocês devem ter visto na televisão, eu ouvi algumas conversas sobre os meios de comunicação lá em um dos meios de comunicação que estava cobrindo em tempo - como é que fala? - real o que estava acontecendo lá, eu ouvi um pouco, e fiquei pensando: como é bom ter uma informação um pouco mais próxima da realidade, ou da diversidade dos fatos!

Era isso. Obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ALEXANDRE CESAR) - Agora vamos passar às intervenções para a plateia.

Chamarei o primeiro inscrito. Com a palavra o Sr. Lauro Benedito de Siqueira, Diretor Presidente do SINTTEL-MT.

Fique à vontade. Se quiser usar o microfone sem fio ou usar a tribuna, fique à vontade, Lauro.

O SR. LAURO BENEDITO DE SIQUEIRA - Boa-tarde a todos e todas.

Preferi usar a tribuna para não ficar de costas para o pessoal que está mais atrás de mim.

Cumprimento a mesa em nome do Deputado Alexandre Cesar e parabenizo a Casa por este evento.

Cumprimento a plateia em nome do nosso Professor em Telecomunicação da universidade, Alcides, que já estivemos num monte de trabalho juntos.

Em 2007 o Sindicato dos Telefônicos esteve na Câmara dos Vereadores debatendo a telefonia, o Prof. Alcides esteve conosco, a ex-Vereadora Enelinda Scala também convocou uma plenária parecida com esta para discutirmos os problemas da telefonia em Cuiabá e na Baixada Cuiabana.

Desde lá nós já começamos a discutir esses problemas que tínhamos, desde contas telefônicas a vários outros problemas, e o Sindicato dos Telefônicos, como representante dos trabalhadores e trabalhadoras da telefonia de Mato Grosso, esteve lá e contribuímos também para com aquele evento que, se tivesse continuado, acho que teríamos bastante avanços até o momento de hoje.

Também tivemos uma conferência em Brasília, convocada pela CONTECOP, que é a nossa Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicação e Publicidade, também discutindo e preparando para essa CONFECOM. Por último, agora nos dias 17 e 18, tivemos em Serra Negra, em São Paulo, o Congresso da nossa federação, FENATEL - Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresa de Telecomunicação, discutindo também esses assuntos inerentes à CONFECOM.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
COMUNICAÇÃO, REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS.

Um dos assuntos mais debatidos, dos dezenove sindicatos representantes que estavam lá que são da FENATEL... O Jonas perguntou: “Será que todos os Estados estão preparados, ou estão se preparando?” Na discussão que tivemos lá apenas cinco Estados estão fazendo e preparando a sua Conferência Estadual.

Eu estava preocupado e ansioso, porque não via a data da nossa Conferência Estadual. Num determinado momento - acho que foi no mês passado - encontrei o João Negrão e a Keka Werneck e me coloquei à disposição para participar do Fórum também, porque eu estava ansioso para estar junto também, porque, quando se fala em comunicação, muita gente se esquece do lado das telecomunicações. Não é? A telecomunicação, como foi dito e apresentado pela Sr^a Carol, desde a privatização, talvez em algum ponto tenha melhorado, mas tem se precarizado muito mais do que melhorado, se formos analisar pela visão dos trabalhadores que foram demitidos, pela precarização dos trabalhos que acontecem.

Em todas essas discussões que temos feito, Sr^a Keka Werneck - você ficou desiludida de usar uma *internet* de baixa velocidade - a discussão é justamente essa de que a banda larga tem que ser universalizada, tem que entrar pelo PGMU - Plano Geral de Metas de Universalização. Hoje o próprio Presidente da Anatel defende isso, mas ele fala que esbarra na lei das telecomunicações.

Não sei se vocês se lembram, mas a lei foi mudada recentemente para que a Oi comprasse a Brasil Telecom. Eu acho que pode se mudar também - mais uma brecha na lei - para se ter essa universalização da banda larga, porque realmente, vejam vocês, e o Deputado Alexandre Cesar deve sofrer muito isso, se sairmos daqui para a Nossa Senhora da Guia o nosso celular não funciona. Não funciona! É certeza! Eu sempre vou lá e o meu celular - não falarei o nome - não funciona, é de uma operadora que não funciona na Guia. Será por quê? Será que ela acha que investir em Nossa Senhora da Guia não dá lucro para ela? Com certeza é isso. Nenhuma operadora entra num campo onde não dá lucro, porque hoje a maioria das operadoras visa lucro. Somente lucro!

Então, nessa CONFECOM temos que discutir também essa questão da universalização da banda larga, não só a universalização, mas torná-la também regime público. Certo?

Está havendo aí a discussão da ativação novamente da antiga Telebrás, que também creio que funcionava muito bem. Estava até lendo aqui uma reportagem do Presidente da Anatel em que ele diz, voltando à questão da banda larga, que o Brasil dispõe de dezoito milhões de acesso de banda larga e que em 2018 ele quer que exista cerca de cento e sessenta e cinco milhões de acessos. Só que, como disse a Caroline, hoje, por exemplo, são 23% que têm acesso à *internet* e, desses 23%, 50% são de alta velocidade. E podem ter certeza que hoje como estão os valores da banda larga nós vamos continuar com esse baixo acesso, porque ainda está muito caro. Hoje pela banda larga mais barata com baixa velocidade você está pagando entorno de R\$39,00 a R\$49,00; e com velocidade mais alta, como estão tentando enganar aqui, R\$105,00 reais. E nós achamos que estamos em alta velocidade.

Então, Deputado Alexandre Cesar, pessoal do fórum e toda a sociedade cuiabana e baixada cuiabana e mato-grossense, quem está nos assistindo, em nome do SINTEL aqui, das telefônicas de Mato Grosso, como presidente nos colocamos a disposição para participar junto e ativamente de todos os fóruns a que formos convidados, dar a nossa contribuição também, porque a telecomunicação está também inserida nisso e quer fazer parte disso. Obrigado (PALMAS).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
COMUNICAÇÃO, REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (ALEXANDRE CESAR) - Obrigado, Lauro. Agradecemos também essa disponibilização e registramos que as inscrições ainda estão abertas para quem quiser fazer uso da palavra. O próximo inscrito é o Sr. Jeremias dos Santos, da Associação de Rádios Comunitárias de Mato Grosso Abraço/MT.

O SR. JEREMIAS DOS SANTOS - Quero cumprimentar a mesa na pessoa do Deputado Alexandre Cesar, por ter atendido um pedido da comissão organizadora da Conferência Estadual.

Eu não vou entrar muito em debate ideológico, até porque os companheiros aqui da mesa já deram a inicial. Mas só dizer que o papel da mídia aqui para nós está bem claro que é importante. Peguemos como exemplo o que está acontecendo agora em Honduras, onde a grande mídia todos os dias, pelas manhãs principalmente, tenta passar para nós que o bonzinho nessa parada de Honduras é o ditador e o ruim é o presidente que foi eleito pela sua população. Portanto nós temos que tomar muito cuidado. E eu acho que esse debate da Conferência de Comunicação vem muito para isso, porque na maioria dos debates que nós fazemos, seja na nossa atividade, seja particularmente em casa, na faculdade, no boteco ou em qualquer outro lugar, sempre vem a questão da mídia. E na hora que tem esse debate, vemos que principalmente as entidades não estão participando ativamente desse debate e talvez não acreditam que têm a oportunidade de mudar o papel da mídia no Brasil.

Somos daqueles que acreditamos nessa mudança, apesar de a forma como está sendo direcionada a Conferência Nacional de Comunicação não é como gostaríamos que fosse, principalmente pelo quadro de delegados que vão deliberar na Conferência. O setor da sociedade organizada que somos nós, que somos a grande maioria da população, vamos ter a mesma quantidade de delegados como têm os empresários, que me parece que aqui não vieram. Aí também quero ressaltar que os empresários não são só aqueles donos dos grandes meios de comunicação, mas também dos pequenos. Acho que aquele que têm um jornal lá no bairro, aquele que tem um jornal no Município, aquele que tem um órgão, de certa forma ele quer transformar aquilo ali numa alternativa, mas aqueles que dentro da ordem jurídica do Brasil se intitulam como empresários têm que ir para esse debate e têm que disputar uma vaga como empresários. Por quê? Porque com certeza o interesse desse pequeno empresário da imprensa não é igual ao interesse, por exemplo, aqui da Gazeta e de outros órgãos da imprensa.

Com relação às Rádios Comunitárias, estamos, de certa forma, organizados aqui na luta, desde a década de 90. A ABRAÇO Estadual foi constituída em 2000. Hoje o Estado de Mato Grosso tem cerca de quase oitenta rádios legalizadas, apesar de toda essa demora, como foi citado aqui. Para termos uma ideia, temos rádios que têm cerca de doze anos com processos e até hoje o Ministério não teve a capacidade de fazer a apreciação dessa documentação.

A ABRAÇO de certa forma vem em nível de Brasil com todas as dificuldades fazendo uma luta para que as rádios comunitárias sejam uma realidade. Temos, como já foi citado, mais de vinte mil pedidos de rádios no Brasil. Aqui no Estado de Mato Grosso temos mais de duzentas e cinquenta rádios, sendo que dessas, como já falei, um pouco mais de oitenta são legalizadas. Só que na prática temos muito mais do que isso. Aqui em Cuiabá e Várzea Grande hoje temos seis rádios comunitárias legalizadas, sendo que temos mais de vinte rádios no ar. Ou seja, são setores da comunidade que acham que devem estar colocando na ordem do dia o seu pensamento, as suas propostas. E como hoje, com o avanço da tecnologia, pelo menos isso é uma vantagem, colocar uma rádio no ar não é mais uma tarefa tão difícil, basta uma cota entre vários colegas, vários companheiros, com certeza para colocar uma rádio comunitária no ar. E nisso aí a ABRAÇO veio

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
COMUNICAÇÃO, REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS.

para articular em nível nacional para que essa lei seja colocada em prática. A Lei agora em fevereiro fez onze anos, a Lei nº 10.612, só que a grande maioria - falei de vinte mil processos - a grande maioria não está legalizada. Hoje são pouco mais de três mil. Por isso achamos importante que as rádios comunitárias, principalmente aquelas do interior, venham para o debate, venham participar, porque não é justa a forma como hoje são distribuídos os recursos públicos para os meios de comunicações.

Temos por exemplo mais de três mil rádios comunitárias e a grande maioria, mais de 90%, não consegue ter acesso à verba pública para a comunicação. E aí posso citar Mato Grosso e outras prefeituras que fazem a autorização desta verba, que é pública, apenas àquela mídia que já é de certa forma reconhecida no município, que muitas vezes é do próprio prefeito, do presidente da Câmara dos Vereadores ou de um grande empresário daquela comunidade.

Portanto, a ABRAÇO em nível nacional realiza um seminário para discutir a nossa intervenção nesse processo da Conferência Nacional agora nos dias 9, 10 e 11 em Brasília e aqui em Mato Grosso estamos juntos na coordenação e organizando o próximo seminário Pró-Conferência Estadual no dia 17, na Faculdade de Direito aqui da Universidade Federal. E conclamamos não só a militância da rádio comunitária, mas todos aqueles da imprensa alternativa e das entidades, principalmente as associações de moradores e os sindicatos, para que participem desse momento, porque somos nós da sociedade organizada que sentimos na pele qual é o verdadeiro papel da mídia, principalmente na hora em que disputamos por melhorias salariais, na hora em que disputamos por condições de vida para os bairros. Nesses momentos é que sabemos das dificuldades que temos para colocar nossas vozes, para que o povo, seja do município, do Estado ou do Brasil, saiba das nossas reais pretensões. Porém, muitas vezes, quando conseguimos espaços, logo em seguida vem um comentário maldoso, seja de comentarista, seja de alguém da imprensa, dinamitando todo aquele trabalho, toda aquela luta que temos feito, sejam nas entidades sindicais, nos bairros, nas ONGs ou em qualquer setor.

Portanto achamos que é importante a participação de todos nesses momentos.

Apesar de Mato Grosso ter direito a apenas vinte e um delegados na Conferência Nacional, sendo que desses vinte e um oito são da sociedade civil, oito do empresariado e cinco do Governo, mesmo assim é importante a participação até para que possamos tirar documentos, tirar propostas, no sentido de contribuir com a melhoria, digamos assim, da mídia neste País.

Não dá mais para ficarmos ligando a televisão, escutando cada programa que não tem nada haver com a nossa realidade.

Na verdade, hoje a mídia é usada só para interesses escusos, interesses pessoais, para perpetuar no poder. Não dá mais para ligar rádios e ouvirmos certos comentários que estão em desacordo com o avanço da sociedade, inclusive com o avanço da própria humanidade, seja nos direitos humanos, seja em qualquer área que envolva a nossa participação.

Portanto, a nossa fala é no sentido mais de não esmorecer, mas de dizer para todos aqueles que não estão aqui e para aquele que estão assistindo a esta audiência pública, que vá, que participem no dia 17 de outubro na Faculdade de Direito, que venham aqui para a Conferência nos dias 29 e 30 de outubro e 1º de novembro, para possamos tirar daqui propostas que venham contribuir, talvez, não para a nossa geração, mas para a geração dos nossos filhos e nossos netos.

Obrigado! Era isso que eu tinha a dizer, Deputado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ALEXANDRE CESAR) - Obrigado, Geremias.

O próximo inscrito é o Sr. Alberides Alves da Silva, da Associação Rádio Comunitária Cristo Rei, a nossa rádio alternativa FM.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
COMUNICAÇÃO, REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS.

O SR. ALBERIDES ALVES DA SILVA - Boa-tarde a todos.

Em nome da mesa, quero agradecer ao Deputado Alexandre César pela convocação desta Audiência Pública e pela oportunidade que estamos tendo de falar sobre comunicação, rádio comunitária e, mais especificamente, da minha pessoa.

Meu nome é Alberides, sou do Cristo Rei, sou Diretor da Rádio Alternativa FM, que há onze anos começou a criação desse movimento de Rádio Comunitária aqui no Mato Grosso, em Cuiabá, na Baixada Cuiabana e estou aqui para contar um pouco dessa história, dessa experiência que tivemos durante esses onze anos de luta pró-implantação dessa Rádio Comunitária lá no Cristo Rei.

A Lei nº 9.612 - ouviu, Geremias? - foi aprovada em 19 de fevereiro de 1998, e em 25 de janeiro, um mês antes, fundamos a nossa Associação de Rádio Comunitária Cristo Rei. Em outubro de 1998, protocolamos o pedido de implantação de uma rádio comunitária no Município de Várzea Grande.

A luta foi muito grande, até porque pela fiscalização, pela lei mesmo, não se pode explorar a rádio, colocar a rádio no ar antes que ela esteja outorgada. Mas nós fomos um pouco teimosos, fomos um pouco na resistência e colocamos a rádio no ar. E assim que o pessoal percebia a dimensão da comunicação, começava o processo de perseguição, vamos dizer assim, da fiscalização. A própria Anatel... Nós fomos fechados por seis vezes! Só eu, a pessoa do Presidente, enfrentei quatro processos na Justiça Federal! Quatro! Tendo prejuízo, defendendo em ter a rádio comunitária.

E assim, até mesmo para sobreviver na comunidade, não é fácil! Ouviu, gente? Quando ninguém conhecia isso, você chegava num comerciante ou num prestador de serviço para dar uma ajuda, para dar uma colaboração, “o que é isso que você está falando? Rádio Pirata?” O caboclinho torcia o nariz, fazia careta... “Ah! Não vou fazer isso não... Isso aí não vale nada...” Então, foi muito difícil enfrentarmos isso!

E também o processo para aprovar no Ministério das Comunicações, não foi fácil, não... Estive seis vezes em Brasília, no Ministério das Comunicações, olhando o nosso processo. Inclusive, o que a moça falou ali, que tem lá o tal do “fura fila”, tem sim! Nós passamos por isso lá... Outro cidadão de influência, aqui mesmo de Várzea Grande, foi com muita influência lá, um cidadão de nome daqui do Estado de Mato Grosso, chegou a passar o processo dele na frente de tanta gente! Um ano depois que protocolou o dele... E enfrentamos isso! Mas graças a Deus, graças ao empenho de algumas pessoas também influentes lá dentro - tivemos que usar também -, conseguimos a aprovação!

E quero dar uma notícia para vocês. Ontem, a Senadora Serys me telefonou dizendo que foi votada a lei na Comissão de Ciência e Tecnologia, e a Associação de Rádio Comunitária Cristo Rei recebeu outorga por dez anos. Foi uma vitória nossa! (PALMAS) Obrigado!

Então, foi essa luta que enfrentamos.

Uma coisa que quero dizer, até para que seja levado para essa Conferência - ouviu, Deputado Alexandre Cesar? Tenho um protesto aqui sobre a lei, porque aprovaram a lei das rádios comunitárias, o governo aprova a Lei, mas não dá condições de você sobreviver, da rádio sobreviver. Têm lá várias coisinhas que uma rádio pode fazer isso, não pode fazer aquilo, não pode receber apoio cultural, não pode fazer propaganda. É difícil! Como é que você vai falar com a comunidade? Como é que vocês vai presta serviço à comunidade? Vivendo de quê? Vocês vão viver do quê? De vento? Nós pagamos aluguel do prédio, energia, água, equipamento que custa caro, internet, e vai viver como?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
COMUNICAÇÃO, REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS.

Deputado Alexandre Cesar, eu acho que a Conferência tem muitos e muitos assuntos para discutir e para levar para essa Conferência Nacional, entres eles esse, os meios de nós conseguirmos a sobrevivência da rádio comunitária.

Temos outros assuntos, mas têm muitas pessoas com mais experiência, com mais conhecimento para discutir isso aí.

Minha participação é essa. Muito obrigado (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ALEXANDRE CESAR) - Obrigado, Alberides.

Nós temos mais inscritos: o Edson , João Negrão e o Gibran. Após a fala do Edson, próxima fala, nós vamos encerrar as inscrições.

Com a palavra, o Sr. Edson Pires, membro do Conselho da FEMAB - Federação Mato-grossense de Bairros.

O SR. EDSON PIRES - Boa-tarde a todos!

A mesa eu cumprimento na pessoa do Deputado Alexandre Cesar, a quem quero parabenizar por esse debate, por esta Audiência Pública.

E quero começar a minha fala perguntando à nossa representante do Ministério da Comunicação, porque eu ouvi uns rumores de Brasília de que a Conferência da Comunicação estava correndo risco de ser suspensa por corte de verba ao Ministério da Comunicação. Você nos disse que houve uma desistência dos empresários, aí eu gostaria de saber: foi por parte do Governo que ocorreu esse risco da conferência ser cancelada ou foi por falta de verba da parte dos empresários da mídia? Depois você responde.

Eu quero lembrar também os companheiros, que a televisão só perde para o fogão na residência do nosso povo brasileiro, isso é uma estatística, está guardada a revista lá me casa. Se alguém quiser, levarei essa revista na Conferência. Ela só perde para o fogão.

Daí a minha preocupação: até quando vamos deixar esse tipo de conteúdo adentrar a nossa casa sem podermos opinar. Porque esta Conferência está acontecendo tarde! Nós, jornalistas; nós, que trabalhamos com comunicação, sabemos disso.

Em outubro de 2007 venceu a concessão de uma emissora grande, a mais acessada nas nossas casas, e não tivemos essa Conferência anteriormente para nós, cidadãos comuns, dizermos o que queremos assistir dentro de casa; o que nossos filhos têm que assistir em determinados horários.

Eu conheço o Sr. Zé do Boliche, da periferia.

Quero cumprimentar o meu companheiro DJ Taba da favela ativa do Jardim Vitória, que se faz aqui presente.

Dizer aos senhores que a sociedade civil foi aqui bastante criticada quando disseram que ela não faz parte maciça das Conferências.

Quero também provocar o nobre Deputado dizendo que a FEMAB fica ali na Rua das Cerejas, nº 08, bairro Bosque da Saúde. Conheço a FEMAB há cinco anos no Estado de Mato Grosso. A FEMAB é a Federação Mato-grossense de Associações de Moradores. Ouviu, Geremias? Não se faz mais presente.

Se os senhores quiserem convocar a sociedade civil organizada para participar das Conferências, encaminhem o convite à FEMAB que ela trará os Presidentes de Bairros que são quem representam suas comunidades.

Quero pedir ao nobre Deputado que disponibilize à FEMAB no mínimo um ônibus. Porque são cerca de 400 a 600 Presidentes de Bairros filiados à FEMAB, que não tem fins lucrativos, não tem traslado para transportar o povo às Conferências. Então, fica difícil para cada

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
COMUNICAÇÃO, REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS.

cidadão meter a mão no bolso. São R\$2,30 para vir e R\$2,30, ou seja, R\$4,60, então, ele não vem. Ele prefere comprar um quilo de costela e alimentar seus filhos.

Dizer aos senhores que se tiver que convocar a sociedade civil organizada, a FEMAB, em âmbito de Mato Grosso; a União Cuiabana, em âmbito de Cuiabá, estão à disposição, de portas abertas. Somos filiados à CONAN em rede nacional. Acredito que a CONAN estará presente na Conferência da Comunicação, que será de extrema importância.

Deputado Alexandre Cesar, mais uma vez o parabenizo. Confesso que como cidadão comum que sou estava preocupado, Sr^a Keka Werneck, dessa comunicação não acontecer mesmo. Até quando seremos brasileiros alvos de chacota?

O companheiro disse aqui: “Eu me lembrei do Walt Disney”. Por que o Walt Disney criou o Zé Carioca? Por causa do famoso jeitinho brasileiro. Até quando iremos aceitar que gringos venham aqui; fantasiem a nossa Nação, voltem para fora e viremos chacota por causa do famoso jeitinho brasileiro?

Recentemente, na Conferência das Cidades, três representantes de uma ONG me disseram: “Edson, eu não tenho culpa se o seu País não respeita a sua Constituição”. Eu falei: puxa vida, você está me dizendo que devo me retirar da minha Nação, mudar para outro lugar para acreditar que este País um dia mudará?

Acredito que não, companheiros. Vou chamá-los de companheiros. Não sou acadêmico; não sou comunicador. Perdoem minha ignorância de comunicação.

Fiz vários tópicos que poderíamos debater, mas acho que na Conferência teremos um espaço.

Represento a sociedade civil hoje por meio da FEMAB. Já falei o que tinha a dizer. Desculpem a maneira; a forma de expressão. Costumam dizer que sou bastante arrogante, mas não é nada disso. Esta é a indignação de um brasileiro que quer ver esta Nação melhor, com uma qualidade de vida melhor para o povo e não mais levando a chacota de “jeitinho brasileiro”.

Isso acontece até nas nossas rádios locais: a influência política. Determinada emissora fecha com fulano; outra, com cicrano, vivendo naquele debate, naquela coisa ruim e quem perde é a sociedade, a população.

Então, Deputado Alexandre Cesar, Mato Grosso precisa da Conferência.

Quero perguntar também, Deputado Alexandre Cesar, se não teremos a Conferência Municipal; se vamos direto à Conferência Estadual e por quê? É por falta de tempo, dos imprevistos que surgiram?

Obrigado! Esta é minha participação (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ALEXANDRE CESAR) - Obrigado, Sr. Edson Pires.

Com a palavra, o Sr. João Negrão.

Estão inscritos o Sr. Gibran, a Sr^a Janete e o DJ Taba.

O SR. JOÃO NEGRÃO - Boa-tarde, companheiros!

Cumprimento a mesa na pessoa do Deputado Alexandre Cesar e o parabenizo por esta Audiência Pública.

Cheguei um pouco atrasado, mas ouvi atentamente a fala da companheira do MST, depois da Keka Werneck, do Jonas e de outros.

Quero dizer que o buraco é mais embaixo, Deputado Alexandre Cesar. É muito mais embaixo.

Temos um problema com a imprensa brasileira. Não só com a imprensa brasileira, mas com a imprensa mundial; com a imprensa que costumamos chamar “de grande imprensa” e

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
COMUNICAÇÃO, REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS.

também, um pouco do ponto de vista político, ideológico, da imprensa burguesa, para começar a usar algumas palavras que foram abominadas do vocabulário do nosso movimento político em geral.

Vou-me dar o direito de abusar um pouco dessas palavras, dessas expressões, dessas frases, como a chamada “luta de classe”, que é um terror para muitas pessoas. Inclusive na academia há pessoas que não gostam de falar de luta de classe porque acha que ela não existe. Caiu o Muro de Berlim; caiu tudo. Quer dizer, ficou todo mundo... Ficou tudo uma beleza.

O fato é que, além dessas questões de reforçar estereótipos transformando, por exemplo, o negro em marginal - e não só o negro, mas o índio -; de trabalhar um padrão estético, muito bem lembrado aqui, pelo qual as pessoas que não se enquadram nesse padrão estético são desprezadas, sofrem todo tipo de preconceito, de discriminação e são, às vezes, compelidas a trilhar caminhos perigosos, como cirurgias e tudo mais; pelas quais a imprensa reforça o consumismo, a ideologia da classe dominante, os interesses da classe dominante, a grande questão que está em jogo, a meu ver, é a chamada “luta de classes”, Deputado Alexandre Cesar.

Passamos por um período que alguns estudiosos comparam como um período só comparável ao que foi o fascismo, a partir da década de 20 até o final da Segunda Guerra Mundial. O que representou o fascismo? Ele contaminou o mundo inteiro, inclusive, o Brasil.

Esse movimento que estamos vivendo - e a crise mundial estabelece um divisor de águas: ou ele acaba ou segue em frente; essa que é a grande questão -, que é o Movimento do Neoliberalismo, é toda uma concepção que tem de estabelecimento do mercado como regulador de tudo na sociedade, inclusive, nas suas relações, até humanas e pessoais, reforçando conceitos como: o individualismo; a competição acirrada, essa competição que faz com que as pessoas subam em cima das outras - isso é claro; isso é evidente -; a fraternidade; o companheirismo; o sentimento de amizade, enfim, Deputado Alexandre Cesar; Sr^a Keka Werneck, esses sentimentos tão puros no nosso dia-a-dia vão sendo desprezados porque você está num mundo onde tem que ter essa competição. E você precisa do seu emprego; você procura desesperadamente uma formação para ter o emprego e criam-se alguns fetiches. Por exemplo, o fetiche da pós-graduação. Todo mundo tem que ter uma pós-graduação, porque ela... Esse é um dos exemplos em que se percebe que o ser humano não é mais aquele ser humano humanizado. Por mais que seja complicado isso, não é um ser humano humanizado, é uma máquina que tem que estar enquadrada nesse processo de produção, tem que estar inserida nesse mercado. Constantemente esses fetiches são jogados pela imprensa para que ele incorpore e acaba sendo o mercado.

Eu citei um exemplo que parece tão banal, mas basta ver a proliferação de escolas de MBA, de não sei o que, de pós-graduação, não que a formação, Deputado Alexandre Cesar, não seja importante. Mas virou fetiche! É um fetiche! Tem gente que fica louca para fazer uma pós-graduação! “Ah, eu vou fazer uma pós-graduação”! Quer dizer, parece que é a coisa mais maravilhosa do mundo.

Aí eu pergunto: Você quer fazer uma pós-graduação para quê? Você vai para academia? “Não! É porque preciso fazer uma pós-graduação”.

Não vou me alongar, mas só estou atentando para isso, porque tem outros fetiches. O celular, por exemplo... Tem gente que não consegue ficar com um celularzinho velho igual o meu, tem que ter o último da moda e tudo mais. O carrinho... O nosso paliozinho que quebra o nosso galho, enfim...

Essa sociedade do neoliberalismo, da globalização, é difícil especificar o que é cada um desses, o que significa cada um desses, mas um tem um conteúdo mais político e ideológico e o outro tem mais um conteúdo econômico. Mas, enfim, não quero me alongar, isso criou um tipo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
COMUNICAÇÃO, REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS.

de comportamento nas pessoas. A imprensa foi a grande propagadora; a mídia foi a grande propagadora desse comportamento.

Agora, esse comportamento que supostamente é fazer com que as pessoas tenham, adquiram, tem um conteúdo ideológico muito importante, que é justamente afastar as pessoas desse problema da dominação política, econômica e ideológica. A grande questão é a dominação ideológica propagada pelos meios de comunicação. Isso está acontecendo agora, acontece com...

(O ORADOR É INTERROMPIDO COM O TOQUE DO CELULAR)

O SR. JOÃO NEGRÃO - Desculpa! Estão vendo? Este é o problema da tecnologia. Tirou a minha atenção.

Mas, voltando ao raciocínio, isso está acontecendo agora com muito mais ênfase, com uma investida muito mais poderosa, tão descarada, tão agressiva, que acaba sendo uma coisa até que parece piada.

Por que essa investida agora? O que está acontecendo neste momento no Brasil e no mundo? A grande imprensa brasileira está comprando discurso dos neoconservadores, está comprando discurso da pior direita que existe no mundo e chagando ao descaramento vergonhoso de defender golpes de Estado.

A defesa que se faz de um golpe de Estado, combatendo o Governo, que sabe da sua responsabilidade política; que conhece as leis internacionais e que as aplicam; que não deixa as pessoas que procuram o seu abrigo abandonadas. Esse combate tem um conteúdo. O combate é o combate político. Não interessa se é Lula; não interessa se é Chaves que está lá, que ajudou o cara a chegar ao seu país - estou me referindo a Honduras, vocês devem saber -; não interessa se o Governo é o Lula, interessa que esses governos têm uns conteúdos diferentes daqueles que defendiam o que estava lá atrás, que o neoliberalismo; que é a globalização. Esses governos rompem com esse processo aos quais me referi há pouco. Esses governos apontam que tem outro direcionamento, que é possível construirmos sociedades mais humanas; sociedades em que se acabe com esse tipo de comportamento, que são introduzidos diariamente pela mídia.

Então, é esse conteúdo político e ideológico que a mídia brasileira adota, a mídia no nosso continente adota e a mídia do mundo inteiro adota, é porque ela acaba tomando um partido, acaba agindo como partido político para exercer esse tipo de ação que os partidos políticos às vezes não conseguem.

O partido político que às vezes não consegue fomentar um golpe, Deputado Alexandre Cesar, como foi tentado fomentar vários golpes sobre o Governo Lula; o partido político que não consegue fazer isso, como é o PSDB e o DEM, ele busca nos meios de comunicação que supostamente teriam poder para fazer isso. Isso não é um fenômeno só brasileiro; isso é um fenômeno continental, porque está havendo o rompimento com esse tipo de concepção política e ideológica, que era o neoliberalismo.

O próprio Estados Unidos começa a romper com isso. Veio lá do Governo Ronald Reagan. Vamos pegar só um exemplo para não nos alongarmos: Veio lá do Governo Ronald Reagan acabar com toda a política pública, todos os investimentos na política pública. A eleição de Obama rompe um pouco por isso. O próprio fato de ele estar querendo implantar o sistema de saúde público nos Estados Unidos é um exemplo disso, Deputado Alexandre Cesar.

Então, o mundo está mandando! Mas existem os chamados neoconservadores; existe essa direita aí que é tão maléfica quanto era a dos fascistas e dos nazistas, que não querem esse avanço. É aí que entra os meios de comunicação nesse processo. É por isso que alertei para vocês que o buraco é mais embaixo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
COMUNICAÇÃO, REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (ALEXANDRE CESAR) - Obrigado, João.

O próximo inscrito é o Jornalista Gibran Lachawsk.

O SR. GIBRAN LACHAWSK - Boa-tarde a todas as pessoas presentes aqui; às pessoas que nos acompanham por meio da TV Assembléia Legislativa; e aos senhores componentes da mesa.

Falo aqui como Jornalista e Professor de Jornalismo.

Antes de apontar algumas coisas a respeito da Conferência e desta Audiência Pública, gostaria de fazer uma afirmação de que precisamos de controle público na comunicação; e também reforçar as falas de algumas pessoas da mesa que disseram sobre o controle público.

Tentam dizer para nós, tentam mostrar para as pessoas que o controle público é ruim. Mas precisamos controlar as coisas para que elas não corram só do jeito que a classe empresarial quer. Então, é necessário ter um controle público sobre a televisão, sobre os meios de comunicação de maneira geral.

E que controle público? Um controle que permita à população fiscalizar o sistema de radiodifusão.

Aqui foi bastante falado que o sinal é um serviço de radiodifusão, é um serviço público concedido para algumas empresas, e essas empresas não têm somente direitos, têm deveres também, têm responsabilidades. Mas muitas vezes isso não é cumprido. Então, é necessário haver esse controle público.

Nós que somos de movimentos sociais, que somos de universidades, que somos de um campo político mais progressista, não podemos ter medo de falar em controle público. E quando alguém disser que isso é censura, temos que ter a coragem de fazer enfrentamento e dizer que: Quando se diz controle público no sentido da censura, é uma deturpação da palavra, estão tentando vender gato por lebre.

Têm alguns exemplos em que há controle público e que aqui nos vendem como censura. O que é uma mentira.

Na Venezuela, quando o Governo Federal de lá não renovou algumas concessões de televisão, saiu em vários meios de comunicação aqui no Brasil que isso era censura. Mas o Governo só não renovou, nem cassou. Ele tinha o direito de cassar se a Lei não estivesse sendo cumprida por aquelas empresas, por aqueles grupos econômicos. Mas não cassou e só não renovou.

No mesmo momento em que isso ocorria, os Estados Unidos, já há vários anos, o Governo não renova uma série de concessões de emissoras de rádio e de TV, mas não se fala de lá, porque os Estados Unidos são vendidos como se fosse o paraíso da democracia. Sabemos que não é.

Em eleições federais nos Estados Unidos já houve fraude. Já houve Presidente recente dos Estados Unidos que conseguiu reeleição de maneira não democrática. Isso foi exposto, foi divulgado.

Na Argentina agora estão tentando criar por meio de lei, de forma democrática, de forma legal, uma agência que fiscalize os meios de comunicação.

Será que nós poderemos iniciar um debate daqui a dois, três, dez anos no Brasil sobre a criação de uma agência que fiscalize os grupos que controlam as emissoras de rádio e televisão, os grupos que controlam os meios de comunicação.

Na Argentina está acontecendo esse debate - a maior parte da classe política e dos movimentos sociais está encampando essa discussão para esse debate. Então, precisamos pegar esses

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
COMUNICAÇÃO, REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS.

exemplos e mostrar para essas pessoas que dizem que tudo o que afeta os interesses dela é censura, que não é bem assim. Precisamos fazer esse enfrentamento.

Aproveito o momento já para fazer uma preparação, porque, já que falamos em comunicação, percebo que nós estamos chegando ao quarto mês em que o STF derrubou a necessidade do diploma para exercer o jornalismo, eu particularmente, enquanto jornalista, defendo que temos que exercer o jornalismo a partir do diploma. Sei que milhares de pessoas pelo País estão desesperadas sem saber o que fazer porque estão cursando Jornalismo, mas não têm nenhum amparo. Apesar de ter sido decidido pelo STF, parece que ficou um vácuo de lógica, porque hoje em dia qualquer um poderia ser. Então, precisamos fazer esse debate.

Acredito que em algum momento próximo nós faremos uma conversa com o Deputado Alexandre Cesar para que a Assembleia Legislativa também encampe esse debate e projete essa discussão.

E, por último, quero lamentar a ausência dos empresários de comunicação que não estão aqui. Pelo que o Deputado disse, os convites foram encaminhados. Então, isola-se a ideia de que os empresários de comunicação, de que as suas direções não estão aqui por falta de informação.

Era muito importante que a direção da TV Centro America, do Grupo Gazeta, da Folha do Estado, do Diário de Cuiabá, desses meios de comunicações estivessem aqui para fazer o debate. Eles não precisam concordar conosco. Sabemos que eles não concordam conosco, mas precisam ter a coragem, a hombridade e a dignidade de vir aqui para fazer esse debate.

Também gostaria de registrar a seguinte observação: o Governo do Estado de Mato Grosso até agora não entrou de fato na conferência. Houve o decreto chamando a Conferência, mas o Governo do Estado não entrou.

Em nenhum momento, eu, particularmente, vi o Secretário que ocupa a pasta, o Novack, falar da Conferência, mencionar alguma coisa a respeito da Conferência. O Onofre Ribeiro que é Subsecretário, que também poderia estar aqui colaborando com a participação do Jonas, quase não se posiciona publicamente a respeito desse assunto. Seria muito importante que essas pessoas públicas estivessem presentes, fizessem falas e se mostrassem.

Por isso é que nessa perspectiva, na presença do Jonas, eu gostaria de fazer um pedido, um apelo, para que haja uma contrapartida maior do governo do Estado. E o Jonas da Silva fica numa situação complicada. Não é? Inclusive porque ele é mais do lado de cá, dos movimentos sociais, do que do lado do Governo. Às vezes, o ofício do trabalho de jornalista nos coloca nessa situação.

Gostaria de fazer duas propostas de encaminhamento, se fosse possível. O Osmar, Secretário de Comunicação aqui da Assembleia Legislativa, colocou a ideia de se fazer uma campanha publicitária divulgando a ideia da Conferência. Então, que isso seja realmente formatado enquanto encaminhamento aqui e façamos um esforço grande, nós aqui do movimento, o Deputado Alexandre Cesar, pela Assembleia Legislativa, em parceria com o Jonas, que neste ato exclusivamente representa o Governo, para que consigamos uma maior contrapartida do Governo do Estado, consigamos formatar uma Comissão Organizadora coerente com a história dessa Conferência e consigamos, a partir de um apelo muito grande, a presença dos empresários da comunicação.

Obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ALEXANDRE CESAR) - Obrigado, Gibran Lachawsk.

Nós temos mais dois inscritos: a Profª Janete e depois o Taba.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
COMUNICAÇÃO, REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS.

Eu sei que deixamos o tempo livre para as falas, inclusive contrariando o Regimento Interno, que estabelece três minutos, mas deixamos livres as falas, entretanto, queríamos pedir muita objetividade, porque precisamos liberar a Carolina, senão ela perde seu vôo dela, porque eu gostaria de ter as considerações finais dela antes de sua saída e ela precisa sair às 17:00 horas.

Então, com a palavra, a Profª Janete Carvalho.

A SRª JANETE CARVALHO - Boa-tarde a todas e todos.

Eu sou a Profª Janete, Presidente da União Brasileira de Mulheres, secção Mato Grosso.

Na verdade, vim aqui fazer uma saudação.

Eu comecei, no início das discussões, enquanto entidade, participando do fórum e ontem, ou anteontem, recebi um telefonema da Srª Keka Werneck e fiquei envergonhada... (RISOS) Porque a Keka Werneck estava me convencendo da importância de as mulheres participarem de uma Conferência desse tipo. Nossa! Fiquei envergonha de ouvir.

É aquela questão de termos tantas frentes de trabalho, Srª Keka Werneck, e não conseguir estar de corpo presente em tudo. Ausentei-me do Fórum, mas para as mulheres, das minorias, mas eu digo das majorias que somos nós mulheres, e das mulheres trabalhadoras, é de fundamental importância a discussão da democratização da mídia, até pela condição em que a mídia apresenta a mulher, a mulher ainda iludida pelo conto da Cinderela, ainda esperando o homem que a salve, ou, quando é uma mulher empreendedora, mulher na gerência, sempre fazendo tramóias, como se fosse esse o papel da mulher na sociedade. Nós somos por excelência educadoras, as mulheres tem até por condição histórica e cultural o papel de educar e, nesse papel de educar, estamos preocupadas com os auxílios, digamos, sociais que ajudam na educação do povo, e isso, certamente, é a televisão, é a mídia de um modo geral, principalmente para as mulheres trabalhadoras, porque às vezes só lhes resta como auxílio para cuidar dos filhos a babá, que é a televisão. Não é?

Então, temos realmente uma preocupação muito grande com o que é veiculado na mídia. Sabemos desse fator da educação, principalmente na luta pela emancipação das mulheres.

Era é só uma saudação e o nosso compromisso de participar, não sei se de uma forma tão contundente, de uma forma tão presente, mas necessária nesse processo de discussão da mídia.

Muito obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ALEXANDRE CESAR) - Obrigado Professora Janete.

Com a palavra o último inscrito, o Sr. Taba, depois voltamos à Mesa para as condições finais.

O SR. TABA - Quero cumprimentar a Mesa em nome do Deputado Alexandre Cesar e parabenizá-lo pela iniciativa; a Comissão, as guerreiras que estão aqui presentes.

Quero dizer, professora, que eu também já recebi o convite inúmeras vezes e não consegui participar. A minha vergonha ainda é maior. Por conta de tantas coisas para fazer, acabamos não tendo esse espaço, mas acho que é importante buscarmos mais pessoas, mais companheiros para multiplicar e participar.

Com certeza poderemos focar um pouco mais nisso, Srª Keka Werneck. Prometo!
(RISOS)

Quero contribuir falando sobre as nossas experiências. Milito no Movimento Hip Hop há vinte anos e tenho algumas experiências trabalhando com menores infratores dentro do Complexo Socioeducativo Palmeri.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
COMUNICAÇÃO, REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS.

Conversando com esses menores, por muitas vezes nós percebemos o quanto a mídia, mais especificamente a televisiva, influenciou esses menores pobres de periferia, que tiveram pouquíssima oportunidade de se inserirem e participarem, a irem para o caminho da criminalidade, o quanto, no dia-a-dia da televisão, é vendido para esses jovens que para eles terem espaço na sociedade eles têm que ter uma roupa parecida, como foi dito aqui, com a roupa que esta lá na novela das oito. Mas muita vezes ele não tem condições de comprar uma camiseta nem do camelô, ele não tem nem mesmo condições de comprar um tênis de vinte reais. Mas para estar inserido nessa tal sociedade, a mídia vende que o tênis que ele tem que estar calçado custa duzentos, trezentos reais. E esse jovem, iludido por essas mensagens que são veiculadas, acaba se inserindo na criminalidade. Muitas vezes essa própria mídia, esses meios de comunicação, como existem alguns programas populistas, infelizmente com grande audiência na periferia, nós lamentamos também, vou citar aqui como exemplo o Cadeia Neles, condena esses jovens dizendo que tem que acabar com o ECA, que eles têm que sofrer penas mais rígidas e não levam em consideração nenhum pouco a educação de péssima qualidade que esses jovens estão tendo na periferia e o bombardeio que essa mesma mídia tem feito no dia-a-dia na cabeça desses jovens.

E para contribuir um pouco mais, eu tenho algumas diretrizes aqui que acho ser importante discutirmos, refletirmos. Nós estamos há quatro meses com a Associação Rádio Comunitário Vitória FM. Vou ser muito franco com vocês. Nós não temos concessão. Como disse o companheiro aqui, lutamos dez anos para conseguir a liberação junto a ANATEL e estamos há quatros meses no ar e vamos lutar, se possível, ser for necessário, durante mais dez anos que virão para nós conseguirmos a nossa concessão, mas não vamos deixar de estar no ar, porque a rádio comunitária tem mais é que estar no ar veiculando informações para a comunidade, fazendo rádio no ar, do que estar buscando essa concessão para depois estar entrado no ar. Acho que nós temos que resistir no dia-a-dia.

E trabalhando com rádio comunitária, nós percebemos que a nossa frequência, como diz lei, é limitada em 95,7. É isso, Jeremias? Pode confirmar? Em 105,7. Todas as rádios comunitária só podem operar nessa frequência. É isso? Em 105,9! É realmente um absurdo já que todas as outras rádios comerciais têm inúmeras frequências para trabalhar. Isso limita as ações das rádios comunitárias, então isso tem que ser discutido na Conferência. Essa ampliação tem que realmente acontecer, tem que ser livre as frequências para as rádios comunitárias, para ampliar as ações dessas rádios.

Trago aqui também uma reflexão para discutirmos na Conferência: a potência das rádios comunitárias é limitada em vinte e cinco quilowatts, cada transmissor de rádio comunitária, enquanto temos as rádios comerciais que operam em quinhentos, quatrocentos quilowatts. Então isso limita muito o nosso acesso. Estamos operando no Jardim Vitória com dez quilowatts.

E também os investimentos públicos nas rádios comunitárias devemos discutir nessa Conferência. Como os setores de comunicação governamentais também fazem investimentos na mídia livre, vamos assim dizer, que esses investimentos também sejam direcionados para as rádios comunitárias. As rádios comunitárias, como disse o nosso amigo aqui, trabalha realmente no sufoco já que não pode captar recursos do setor comercial. Então, que haja o investimento público em mídia, porque a rádio comunitária com certeza, estamos há quatro meses no ar, mas somos tão ouvidos quanto qualquer uma Gazeta da vida. Por que não investir também em propagandas institucionais nas rádios comunitárias?

Era essa a minha contribuição. Muito obrigado (PALMAS).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
COMUNICAÇÃO, REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (ALEXANDRE CESAR) - Obrigado, Taba. Passo a palavra imediatamente para a Srª Carolina Ribeiro e depois para a Srª Keka Werneck, que terão que se retirar antes da nossa conclusão.

A SRª CAROLINA RIBEIRO - Estou um pouco aflita aqui, porque acho que meu teto eram seis horas, mas aí qualquer coisa vocês me alojam na casa de vocês e fica tudo certo!

Vou ser rápida, vou tentar ser ligeira aqui nos comentários.

Acho que o Taba e o Jeremias, enfim, comprovaram que os dados que eu trouxe aqui, na verdade, são a prova viva e física de que essa é a realidade não só aqui do Estado de Mato Grosso, como de todos os Estados do País. É a luta dos comunicadores das rádios comunitárias. Não há o reconhecimento do Ministério e tem a Polícia Federal em cima querendo fechar e enquadrar.

Em relação ao Edson, eu não sou do Ministério das Comunicações, eu não pertencço àquele órgão. Sou da sociedade civil, de uma ONG chamada Intervezes, que faz parte da Comissão Organizadora da Conferência...

(O SR. EDSON FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

A SRª CAROLINA RIBEIRO - Não. Tudo bem! Só para deixar claro que eu não faço parte do Ministério das Comunicações.

(O SR. EDSON FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

A SRª CAROLINA RIBEIRO - Então, em relação a sua pergunta, houve de fato um corte de verbas na Conferência, mas tem um Projeto de Lei na Câmara dos Deputados que retoma, que reconstitui a verba inteira. O que temos de informação é que a verba será garantida, que não teremos nenhum problema em relação a isso.

Em relação à desistência dos empresários, a argumentação deles é a de que eles não poderiam ir a uma Conferência que discutiria controle social, porque controle social é censura, enfim, e aí eles se retiraram do processo. E não só por causa disso, tudo eles estavam embarreirando, qualquer discussão que levávamos a frente, eles falavam: “Assim não queremos. Só queremos se for assim. Nós somos os donos da bola.” Eles começaram a se sentir constrangidos e seis deles saíram.

Tem a pergunta do Sr. Antônio Carlos Ribeiro, do papel da Justiça em relação a esse cenário de concentração e tal. O Ministério Público Federal tem sido um grande parceiro nas irregularidades mais explícitas. Mas a lei tem muitas brechas. O próprio art. 54 fala de outorga para Deputados Federais, e o Ministério das Comunicações interpreta que eles podem. Então, tem uma serie de brechas que ou vamos para uma mudança na de fato na Constituição, uma mudança legislativa, ou vamos continuar dando murro em ponta de faca.

Mas têm experiências muito interessantes junto com a Justiça. Aconteceu na Bahia e também em São Paulo, no programa do João Kleber que se chamava “Tardes Quentes” que violava direitos dos negro, dos homossexuais, e conseguimos na Justiça tirar o programa do ar e ocupar a Rede TV no horário do programa, durante um mês, com uma hora de programa chamado “Direito de Resposta”, em que discutíamos todos os direitos humanos: o direito da terra, o direito das mulheres, enfim, conseguimos ocupar a televisão de fato, tirando do ar um programa que violava os direitos humanos na televisão aberta.

Então, acho que existem mecanismos. Acho que nós, como cidadãos, precisamos acionar mais a campanha pela ética na TV, fazer denúncias para a campanha, porque a campanha acabou de firmar um convênio com o Ministério Público Federal. Então, a denúncia chega à campanha e já vai direto para o Ministério Público Federal, que é a forma deles corrigirem os caminhos dos programas televisivos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
COMUNICAÇÃO, REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS.

Só para finalizar, vamos fazer uma plenária na Comissão Nacional Pró-Conferência, que é da sociedade, nos dias 23 e 24 de outubro. A Keka já foi eleita representante daqui. Mas é importante que as entidades que puderem mandar representantes, primeiro se integrem a Comissão Estadual e passem a fazer parte desse processo de mobilização.

Nessa plenária tentaremos construir uma plataforma comum dos movimentos sociais para as conferências estaduais e para a Conferência Nacional. Então, já estamos sistematizando as propostas que estão chegando, buscando os consensos possíveis e o que for dissenso não haverá problema nenhum, vamos seguir em frente tentando construir uma plataforma única ali.

Acho que é importante, daqui para frente, como o Gibran colocou, essa articulação com a Assembleia Legislativa permanecer, fortalecendo o movimento, a mobilização, dando a estrutura necessária, inclusive de comunicação, para essa história acontecer de fato.

Dizer que estamos com a expectativa que essa Conferência, sem nenhuma divulgação na mídia comercial, possa atingir cinquenta mil pessoas em todo o Brasil, sem nenhuma ajuda da mídia, nem da mídia que ficou na conferência. Então, é um processo de mobilização muito forte, são quase mil entidades envolvidas já no Brasil inteiro, nesse processo de conferência.

Por fim, acho que os depoimentos aqui revelaram que a mídia é de fato um tema transversal a todos nós. Ela está no nosso dia a dia e é importante que todos... Inclusive, estava conversando no carro - não é, Keka? - que é uma convergência dos movimentos sociais nesse tema. Então conseguimos reunir, e como é uma terra arrasada, é um tema que tem tudo para ser feito, temos um acordo muito grande nas plataformas políticas que queremos construir.

Quero convidar a todos para que se integrem à Comissão Estadual e dar os parabéns para esse evento que achei muito bacana. E, fico à disposição, por *e-mail*, por telefone, como vocês quiserem para continuar essa conversa. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ALEXANDRE CESAR) - Obrigado, Carolina.

Com a palavra, a Sr^a Keka Werneck.

A SR^a KEKA WERNECK - Oi, gente, é o seguinte, vou falar rapidão, também, porque tenho que levar a Carol.

Quero agradecer muito a presença de vocês. Também me surpreendi, achei que foi muito produtivo.

Agradecer novamente o Deputado Alexandre Cesar, falar para ele continuar à nossa disposição para tudo que precisarmos... (RISOS); falar com o Edson o seguinte: vá às reuniões; às vezes, temos uma intenção enorme de ampliar e não sabemos... Tenta em um, tenta em outro e não chega.

O SR. EDSON PIRES (FALA FORA DO MICROFONE -INAUDÍVEL.)

A SR^a KEKA WERNECK - Deixa para a Dafne aí...

O SR. EDSON PIRES (FALA FORA DO MICROFONE -INAUDÍVEL.)

A SR^a KEKA WERNECK - Sim...

O SR. EDSON PIRES (FALA FORA DO MICROFONE -INAUDÍVEL.)

A SR^a KEKA WERNECK - Beleza...

O SR. EDSON PIRES (FALA FORA DO MICROFONE -INAUDÍVEL.)

A SR^a KEKA WERNECK - Agora, é fundamental que vocês venham participar do debate para também entenderem, mas de uma forma mais complexa a coisa...

O SR. EDSON PIRES (FALA FORA DO MICROFONE -INAUDÍVEL.)

A SR^a KEKA WERNECK - Então...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
COMUNICAÇÃO, REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS.

O SR. EDSON PIRES (FALA FORA DO MICROFONE -INAUDÍVEL.)

A SRª KEKA WERNECK - Isso...

Gente, sobre...

O SR. EDSON PIRES (FALA FORA DO MICROFONE -INAUDÍVEL.)

A SRª KEKA WERNECK - Valeu! Beleza!

Para o Jonas, especificamente... Ele está aí, ainda? Jonas, é o seguinte: reforçar o pedido do Gibran para que você, sendo mais do lado de cá do que do lado de lá... (RISOS)... Jonas, para você atuar como uma ponte para que estreitemos essas conversas, precisamos conversar mais com o Governo sobre isso.

Quero lembrar que aqui em Mato Grosso nós podemos construir trinta teses para levar para a Conferência Nacional, é muita coisa. Então, precisamos dar um *up*, digamos, dar um “rapidão” para poder ver quais são os assuntos regionalizados que podemos tratar, para levarmos.

Para Janete... Não fica assim! Eu liguei porque ligo para todo mundo, sou uma chata! Mas venha porque, realmente... Quando você estava falando, eu me lembrei dos programas que são exibidos à tarde e são as mulheres, donas de casa, que ficam assistindo isso. São péssimos, muito ruim, muito ruim!

Para Srª Luana, que pediu para explicitar um pouco mais sobre o controle público da mídia, que isso não fique somente nas mãos dos governos que também repetem os mesmos vícios neoliberais, ideológicos, e etc... Que o Sr. João Negrão não queria se alongar, mas se alongou sobre... (RISOS)

Quer dizer, controle público é cada um de nós percebermos que nós é que temos, não só por meio da democracia representativa, mas também cada um de nós sermos um instrumento de interferência nisso. Tá, gente?

Obrigada e eu vou indo... Estejam na Conferência.

O SR. ALEXANDRE CESAR - Obrigado, Srª Keka Werneck. Estão liberadas em razão do vôo da Srª Carolina.

Passo a palavra ao Sr. Jonas da Silva, representando a SECOM.

A Srª Keka Werneck - Só um minutinho, gente. A Lu passará a vocês as informações de onde é a reunião e tudo mais, tá?

O SR. JONAS DA SILVA - Bom, pessoal, creio que foi um primeiro caminhar.

E para o Sr. Gibran Lachowiski, digo que vou levar isto pessoalmente ao Secretário Eumar Novacki, ao Sr. Júlio Valmórbida, ao Secretário Adjunto Onofre Ribeiro.

Dizer que ontem tivemos uma reunião interna na Secretaria de Comunicação para tratar dos encaminhamentos, Deputado Alexandre Cesar, a respeito dos passos legais que tem que ser dados, publicações de Comissão Organizadora, questão do regimento já para a Conferência Estadual. Uma primeira preocupação do encaminhamento feito pelo Secretário Adjunto Júlio Valmórbida e também pelo Sr. Onofre é de que se busque para fazer esse trabalho, pelo menos da parte de motivação, de sensibilização para o tema, se busque profissionais de diferentes vertentes que fornecerá subsídio para dar uma ideia, pelo menos, à contribuição do governo no aspecto da conferência. O que seria isso? Lembro que usei ontem na reunião algumas questões relacionadas a um ponto de partida do que deve ser, do que não deve ser uma posição oficial.

Deve ser confirmado, creio eu que até semana que vem, esse grupo que deve ser composto por algumas pessoas internas da própria SECOM, um pessoal que fornecerá o subsídio, que fique bem claro! E também alguns profissionais aqui da cidade que foram nominados. Eu não os adiantarei. Mas que são reconhecidamente de diferentes matizes que trabalham em diferentes

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
COMUNICAÇÃO, REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS.

funções. Sejam eles profissionais ligados à área da comunicação, ligados tanto ao governo quanto, reconhecidamente falando, politicamente ligados à oposição e situação, ou seja, o Governo está preocupado com esse debate, sim; quer chamar para essa contribuição de debates pessoas independente de cor partidária, independente de qual extrato social, qual meio que essa pessoa represente.

Bom, dizer que vamos reforçar isso, esse número aí que a Keka deixou de último, significa dizer o seguinte, que a partir de hoje nós temos que construir uma tese a cada dois dias, porque ela falou em trinta teses, e nós temos sessenta dias aproximadamente... até o nacional, estou contando com o Nacional, estou dizendo até o nacional. Na realidade, é uma por dia, porque depois tem que levar... Sessenta dias é prazo da Nacional, não é? Ou seja, daqui até amanhã à tarde tem que ter uma tese pronta.

Muito obrigado pela participação dos colegas, obrigado pelo espaço, em nome do Osmar, da TV Assembleia, que colaborou nesse debate; o Deputado Alexandre Cesar que assumiu aí essa audiência e tomara que nós tenhamos mais momentos para ampliar e debater isso. Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ALEXANDRE CESAR) - Obrigado, Jonas.

Lucinéia, do MST, para suas considerações finais.

A SR^a LUCINEIA DE FREITAS - Bom, eu acho que o João Negão trouxe muito presente a questão da mídia. Realmente, é uma questão de classe. É aquela questão de quem mantém, detém os meios de comunicação, controla ideologicamente a forma como as pessoas pensam, se for utilizado do jeito que está sendo utilizado no Brasil.

Então, hoje, no Brasil, um pequeno grupo mantém o monopólio e dita como que o brasileiro pensa, age e vê o mundo. Nós vemos o mundo, vamos falar mais claro, por exemplo, a partir dos olhos da Globo, das câmeras da Globo. O que mostra lá, 80% das pessoas que a assistem tendem a achar que é verdade.

Então isso nos mostra que realmente tudo virou fetiche. Só que traz uma coisa muito clara, quem paga tem. Por exemplo, as “n” pós-graduações que saíram por tudo quanto é lado, todas pagas. Então, quem tem dinheiro pode. Quem paga tem. Isso é uma questão de classe social, sim, é uma questão de luta de classe, e traz todo esse conteúdo ideológico, toda essa dificuldade que temos para debater a Conferência de Comunicação. E por que foi tão difícil também conquistarmos essa primeira Conferência Nacional? E por que ela traz tantos problemas na sua realização? E por que os empresários se retiram do debate desde a Nacional, na Comissão Organizadora? No entanto, mantém uma força muito grande, porque não estão na Comissão Organizadora, mas eles aprovam o que têm interesse, como ter 40% dos empresários, como se tivéssemos na sociedade 40% de pessoas donas de veículos de comunicação. Então, isso mostra a força desse poder econômico e desse controle social e ideológico.

É muito triste realmente os programas que dizemos que espreme e sai sangue, como o caso do “Cadeia Neles” - e muitos passam no horário de meio-dia -, terem tanta audiência entre as pessoas que mais pisoteiam. As pessoas que mais são massacradas por esses programas são quem dão a eles audiência. O pior de tudo é que elegem os apresentadores desses programas para serem os seus representantes.

Vamos pegar, por exemplo, o Lino Rossi, que se fez em cima do programa “Cadeia Neles”; que se fez falando mal dos filhos dos pobres e foi eleito o Deputado Federal mais votado de Mato Grosso por falar mal de nós: da classe trabalhadora, de quem constrói. Isso

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
COMUNICAÇÃO, REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS.

demonstra também o passo enorme que temos que dar na questão de como se controla ideologicamente. Não é um controle pela força. É um controle ideológico.

Ao companheiro que falou da mídia ser um Partido, quero dizer que o jornalista Paulo Henrique Amorim fala que é o PIG-Partido da Imprensa Golpista. E ele traz isso muito claro. É um dos poucos profissionais de renome nacional, conhecido, que está se colocando claramente no debate quanto à questão da comunicação. É também um profissional que está atualmente trabalhando em um veículo nacional de comunicação e que tem coragem de mostrar a cara e falar: “Não! A Imprensa no Brasil hoje é o PIG-Partido da Imprensa Golpista”. É isso que está funcionando e tem que ser mudado.

Para os companheiros que têm interesse de participar desse debate, informo que as reuniões da Comissão acontecem às quartas-feiras, às 18:30 horas... (PARTICIPANTE DA PLATEIA SE MANIFESTA - INAUDÍVEL.).

A SRª LUCINÉIA DE FREITAS - ... na faculdade de Direito.

É porque mudou. As últimas reuniões foram realizadas no CACOS.

...Na Faculdade de Direito da UFMT, quarta-feira, às 18:30 horas.

Então, que todos que tiverem interesse participem. Porque nós vivemos atarefados; são um milhão de coisas acontecendo, mas se percebemos a comunicação como um ponto importante de influência em nossas vidas, também, temos que colocar algumas prioridades. E neste momento que faltam trinta dias para a realização da Conferência Estadual, de onde tiraremos as teses do Estado para levarmos à Conferência Nacional, é importante priorizarmos esse debate da comunicação

Agradeço a presença de todos e de todas e que nas próximas atividades a Casa esteja mais cheia; que esse grupo que veio hoje retorne, seja neste espaço ou em outro, e traga mais pessoas, convide os amigos, os companheiros, os familiares. Vamos encher mais esta Casa ou outra para ampliarmos esse debate.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (ALEXANDRE CESAR) - Obrigado, Srª Lucinéia.

Com a palavra, para suas considerações finais, o Sr. Secretário de Comunicação da Assembleia Legislativa, Osmar Carvalho.

O SR. OSMAR CARVALHO - Mais para agradecer a presença de todo e lembrar que, além das pessoas que estiveram aqui, transmitimos esta Audiência Pública para outras tantas. Foram mais de três horas de transmissão ao vivo, em TV aberta, numa discussão importante, com temáticas variadas. A amplitude disto vai além. E acho que é de fundamental importância!

Além do *tweeter*, que o Jonas estava me lembrando, disparando informações.

Só para concluir, Deputado, inclusive em cima da questão que a representante do MST colocou agora, tem uma frase do Vice-Presidente do Fórum Nacional dos Professores de Jornalismo, Sr. Juliano Carvalho, que sintetiza um pouco do que discutimos aqui hoje, que diz o seguinte: “A mídia não pode ser mais forte que o Estado e a sociedade. Da mesma forma que a sociedade não pode ter mais força que a mídia no sentido de censurá-la ou intimidá-la. A ideia de ter essa esfera pública é para garantir um equilíbrio entre as forças”.

Acho que isto resume um pouco do que discutimos hoje com relação ao controle social, ao controle público, dos meios de comunicação com um processo fundamental para democratização do setor.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (ALEXANDRE CESAR) - Obrigado, Sr. Osmar Carvalho.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
COMUNICAÇÃO, REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS.

Então, vamos para o encerramento desta Audiência Pública.

A minha análise e avaliação desta Audiência Pública é de que foi muito positiva. Conseguimos, sim, atingir o objetivo de dar a largada ao debate; de iniciar. É claro que esse debate vem há mais tempo, de um acúmulo, de uma discussão do Comitê Pró-Conferência, de outros comitês existentes pela luta de diversos segmentos da sociedade civil organizada, do Sindicato dos Jornalistas e de outras entidades. Demos aqui uma arrancada no sentido de garantir, por meio de uma mobilização crescente, uma grande participação na Conferência Estadual e, é claro, uma eleição de delegados que levem teses referenciadas pela nossa vivência regional para defender na Conferência Nacional de Comunicação.

É claro que todas as dificuldades que temos nesses duzentos anos de imprensa, de mídia, de instrumento de comunicação no Brasil, não serão resolvidos numa Conferência.

Na área da saúde temos cada vez mais problemas e já foram feitas mais de uma dezena de conferências. Foram feitas quarenta conferências na área da saúde. É a área que tem mais experiências em Conferência e na área da educação da mesma forma.

Mas é claro que é um momento importante porque nunca se instituiu oficialmente, institucionalmente, um espaço de debate sobre um tema que é crucial para a consolidação da própria democracia brasileira. E isso precisa ser claramente difundido!

Acredito que atingimos esse objetivo com os pronunciamentos que foram sintonizados. Infelizmente, nem todos os segmentos se fizeram representar. Esperamos que esses segmentos se façam presentes na Conferência; que se preparem e se mobilizem para estar presentes na Conferência, porque fugir do debate não contribui para encontrar soluções e caminhos. É claro que com a luta é que faremos esses caminhos, muitas vezes. Acreditamos que é importante que os outros segmentos que não estiveram presentes aqui hoje estejam na Conferência para fazer esse debate aqui, no Estado, e no País.

Do ponto de vista da discussão que o Gibran colocou quanto ao diploma, dizer que o nosso mandato deu uma repercussão; acompanhou esse tema por meio da nossa Assessora de Imprensa, Sr^a Andrea Godoy. Disponibilizamos diversas discussões, diversos fóruns de debate, sobre esse tema, mas, infelizmente, não conseguimos fazer um debate aqui. A discussão está na esfera do Supremo Tribunal Federal. Mas acredito, sim, que a Assembleia Legislativa institucionalmente deve, pelos diversos instrumentos de comunicação que tem e pela quantidade de profissionais de comunicação presentes aqui, promover um debate nesse sentido. Estamos à disposição para essa finalidade.

Com relação às teses eu acredito que já esboçamos várias aqui. Foi importante nesse sentido! É claro que não estão construídas, não estão prontas, mas diversas teses já foram apresentadas aqui por aqueles que participaram da mesa, como também por aqueles que participaram da platéia colocando temas importantes para o debate. Tenho certeza que haverá um aprofundamento nesses teses para apresentação na Conferência Estadual.

Quero reafirmar o compromisso já apresentado pelo Secretário de Imprensa da Assembleia Legislativa, Sr. Osmar, de que a Casa, por meio dos seus instrumentos de comunicação - não só os seus instrumentos, mas também pelo espaço na mídia de outros veículos de comunicação, a partir do momento da definição do local, da programação, da Conferência, que acreditamos deverá avançar na próxima semana -, poderá começar a produzir uma peça para apresentar na Baixada Cuiabana, onde a TV Assembleia Legislativa chega, e também no interior do Estado pelos veículos de comunicação do interior, para divulgarmos e convocarmos toda a sociedade para participar desse grande acontecimento, desse marco na história da discussão da comunicação em nosso País.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A CONFERÊNCIA ESTADUAL DE
COMUNICAÇÃO, REALIZADA NO DIA 1º DE OUTUBRO DE 2009, ÀS 14:00 HORAS.

Agradeço a presença de todos; à equipe toda da Assembléia Legislativa, da TV Assembléia Legislativa, da Secretaria de Comunicação, ao Cerimonial, à Taquigrafia; ao apoio que tivemos do gabinete, do Sindicato dos Jornalistas e do Comitê Pró-Conferência na organização desta Audiência Pública.

Desejo a todos um bom final de semana!

Declaro encerrada a presente Audiência Pública.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Aedil Lima Gonçalves;
 - Amanda Sollimar Garcia Taques Vital;
 - Cristiane Angélica Couto da Silva Faleiros;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Dircilene Rosa Martins;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Isabel Luíza Lopes;
 - Tânia Maria Pita Rocha;
 - Suely Maria Pita Rocha.
- Revisão:
 - Ila de Castilho Varjão;
 - Nilzalina Couto Marques;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antonia de Almeida Maciel Lehr;
 - Rosivânia de França Daleffe.